



CPV Engenharia e Projetos LTDA
Rua Visconde de Mauá, 66 – Itoupava Seca, Blumenau/SC
CREA/SC 169442-8

RELATÓRIO GERAL DO PROJETO – SC - 477 **(TREVO CRAVIL), BENEDITO NOVO/SC**

Município de Benedito Novo
Santa Catarina

Revisão	Responsável	Data
R00	Joe	23/05/2023

Blumenau – SC
Maio de 2023



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO	7
1.1. LOCALIZAÇÃO	7
1.2. OBJETIVOS.....	9
1.3. SÍNTESE DOS TRABALHOS	9
1.4. PEÇAS INTEGRANTES DO PROJETO	9
2. GENERALIDADES.....	11
2.1. ABREVIACÕES.....	11
2.2. TERMOS	11
2.3. CONSIDERAÇÕES	12
2.4. SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA.....	13
2.5. MANEJO AMBIENTAL.....	15
2.6. RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS.....	16
3. ESTUDOS.....	19
3.1. TOPOGRAFIA	19
3.1.1. Introdução	19
3.1.2. Levantamento em campo dos dados	19
3.1.3. Processamento dos dados e resultados	20
3.2. GEOTECNIA	21
3.2.1. Introdução	21
3.2.2. Localização da Área, Superfície e Vias de Acesso	21
3.3. ESTUDOS HIDROLÓGICOS	22
3.3.1. Diretrizes básicas	22
3.3.2. Bacia estudada	23
3.3.3. Climatologia.....	23
3.3.4. Pluviometria	23
3.3.5. Bacias de Contribuição.....	23
4. PROJETOS ELABORADOS	27
4.1. PROJETO GEOMÉTRICO	27
4.1.1. Introdução	27
4.1.2. Critérios e definições	27



4.1.3. Características	27
4.1.4. Apresentação do projeto.....	28
4.2. PROJETO DE TERRAPLENAGEM.....	28
4.2.1. Escavação, Aterro, Carga e Transporte de Materiais	30
4.2.2. Reforço de Subleito.....	Erro! Indicador não definido.
4.2.3. Notas de Serviço	34
4.3. PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO.....	34
4.3.1. Considerações.....	34
4.3.2. Dimensionamento do pavimento.....	35
4.3.3. Apresentação do projeto.....	37
4.4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	38
4.4.1. Pavimentação	38
4.5. PROJETO DE DRENAGEM URBANA.....	42
4.5.1. Introdução e considerações	42
4.6. PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	50
4.6.1. Considerações.....	50
4.7. SERVIÇOS PRELIMINARES.....	51
4.8. SINALIZAÇÃO DE OBRA – PLACAS E DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA	51
4.8.1. Sinalização vertical	51
4.9. SINALIZAÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO/ADVERTÊNCIA	51
4.9.1. Formas e Cores	52
4.9.2. Características dos sinais de regulamentação.....	52
4.9.3. Dimensões mínimas.....	53
4.9.4. Dimensões recomendadas	55
4.9.5. Características principais dos sinais de advertência	56
4.10. PADRÕES PARA SINALIZAÇÃO VERTICAL	57
4.10.1. Padrões Alfanuméricos	57
4.10.2. Retrorrefletividade e Iluminação	58
4.10.3. Materiais das placas	58
4.10.4. Suporte das placas (advertência/regulamentação)	59
4.10.5. Posicionamento das placas na via.....	61



4.10.6. Sinalização horizontal	62
4.11. DEMARCAÇÃO DO PAVIMENTO COM TINTA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM 0,6MM DE ESPESURA ÚMIDA	63
4.11.1. Limpeza do Pavimento e Aplicação da Tinta.....	65
4.11.2. Forma da sinalização horizontal	67
4.11.3. Cores	67
4.11.4. Dimensões	68
4.11.5. Tipos de linhas, símbolos e marcas de canalização (transversais e longitudinais)	69
4.11.6. Dispositivos auxiliares	74
4.11.7. Requisitos Quantitativos.....	78
4.11.8. Requisitos Qualitativos	79
5. NORMA E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.....	82
5.1. NORMAS GERAIS DE TRABALHO	82
5.1.1. Limpeza da obra	82
5.1.2. Materiais e equipamentos	82
5.1.3. Caminhos de serviço	82
5.1.4. Sinalização da obra	82
5.1.5. Danos a propriedade.....	83
5.1.6. Relacionamento com concessionários	83
6. RECONSTITUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E/OU PARTICULARES DEMOLIDOS POR NECESSIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	84
6.1. DESOBSTRUÇÃO DE GALERIAS E OBRAS DE DRENAGEM EM GERAL	84
6.1.1. Apropriação dos serviços	84
6.1.2. Condições diversas	85
6.2. REALOCAÇÃO DE POSTES.....	85
6.2.1. Generalidades	85
6.2.2. Execução.....	85
7. ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS.....	86
7.1. ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO	86
7.1.1. Remoção de solos moles	86



7.1.2. Cortes	86
7.1.3. Aterros.....	87
7.1.4. Base granulométrica estabilizada	87
7.1.5. Imprimação	88
7.1.6. Concreto betuminoso usinado a quente	91
7.2. ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES	94
7.3. ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS A DRENAGEM URBANA	95
7.3.1. Limpeza da obra	95
7.3.2. Escavações mecanizadas	95
7.3.3. Escoramento	96
7.3.4. Reaterro de valas.....	96
7.3.5. Tubulações.....	97
7.3.6. Poços de visita e bocas de lobo.....	97
8. ADMINISTRAÇÃO DA OBRA.....	98
8.1. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	100
8.2. PLACA DE OBRA.....	100
8.3. MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE PESSOAS E EQUIPAMENTOS.....	100
8.4. EQUIPAMENTOS TERCEIRIZADOS.....	101
8.5. ORIENTAÇÕES	102
9. LOCAL DESTINADO A BOTA ESPERA/BOTA FORA.....	103
10.LOCALIZAÇÃO DAS JAZIDAS DE EMPRÉSTIMO	104
11.ANEXOS	107
11.1. SINALIZAÇÃO VETICAL	107
11.2. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL.....	108
11.3. DRENAGEM	109
11.3.1. Nota de Serviço	109



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Santa Catarina.....	7
Figura 2 – Localização do Município de Benedito Novo/SC.....	8
Figura 3 - Localização SC – 477 (Trevo CRAVIL).....	8
Figura 4 - Esquema de PPP.....	20
Figura 6 - Valores (C) conforme Wilken	24
Figura 24 - Suporte de coluna simples, placa de regulamentação/advertência	60
Figura 25 - Exemplo de posicionamento das placas.....	61
Figura 26 - Exemplo posicionamento das placas (advertência/regulamentação).....	62
Figura 27 - Linha de bordo (LBO).....	70
Figura 28 - Linha simples seccionada (LMS-2).....	71
Figura 29 - Linha dupla contínua (LFO-3)	72
Figura 30 - Modelos de setas de posicionamento na pista (PEM)	73
Figura 31 - Tachões.....	75
Figura 32 - Localização jazida municipal de macadame.....	104
Figura 33 - Localização pedreira Ouro Preto.....	105
Figura 34 - Localização pedreira Vale do Selke	106



1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Na elaboração do projeto de pavimentação e adequações de geometria da SC - 477 (Trevo CRAVIL) foi levado em consideração a demanda de utilização da via, onde observa-se o crescimento populacional e a demanda de utilização da via.

Tendo em vista o crescimento dos últimos anos, e analisando as condições atuais da via, identificou-se a necessidade de projetar o alargamento da via localizado logo a frente da empresa CRAVIL com o intuito de conferir um aspecto mais moderno e funcional, com a execução do alargamento da via, assim como a implementação de um trevo, complementando com as respectivas sinalizações horizontal e verticais, melhorando assim as condições de trafegabilidade e segurança da SC - 477 (Trevo CRAVIL).

O projeto foi dimensionado e organizado em um trecho que se inicia na estaca 0+00 até à estaca 6+10,47.

1.1. LOCALIZAÇÃO



Figura 1 - Localização de Santa Catarina

A figura 1 mostra a localização do estado de Santa Catarina em relação ao Brasil.



Figura 2 – Localização do Município de Benedito Novo/SC

A Figura 2 demonstra a localização do Município de Benedito Novo no Estado de Santa Catarina.

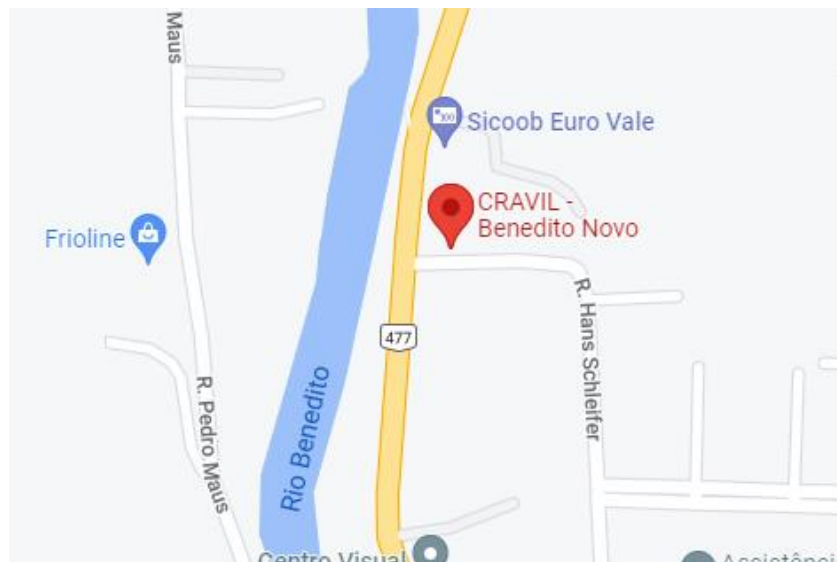


Figura 3 - Localização SC – 477 (Trevo CRAVIL)

Na Figura 3, observa-se a localização da SC – 477 (Trevo CRAVIL) e sua ligação com a rua Hans schleifer.



1.2. OBJETIVOS

O presente memorial técnico descritivo destina-se a fundamentar e descrever de maneira simplificada e direta as metodologias utilizadas para o desenvolvimento do projeto de revitalização da SC - 477 (Trevo CRAVIL) no tocante da execução dos serviços de infraestrutura, urbanísticos e gerais para correta execução das obras.

1.3. SÍNTESE DOS TRABALHOS

A elaboração dos projetos pela equipe técnica multidisciplinar buscou definir as condições de contorno para correto detalhamento dos projetos, de maneira que atenda as exigências mínimas prescritas em norma. Desta forma, foi necessária de maneira prévia aos projetos, a realização dos seguintes estudos:

- a) Estudos de topografia;
- b) Estudos de geotecnia;
- c) Estudos de hidrologia.

Imediatamente após a realização dos estudos supracitados, procedeu-se a execução dos projetos, compreendidos por:

- a) Projeto geométrico;
- b) Projeto de drenagem pluvial;
- c) Projeto de sinalização viária vertical e horizontal.

Após a consolidação das soluções de engenharia adotadas para os projetos, foram iniciados os procedimentos de levantamento de quantitativo de serviços e materiais, calculando os respectivos custos unitários e de investimento total, apresentados em planilha orçamentária que é parte integrante deste projeto.

1.4. PEÇAS INTEGRANTES DO PROJETO

Este projeto é composto por diversas peças gráficas (pranchas) e memoriais justificativos e descritivos sendo:



- a) Memória justificativa e descritiva: sendo este volume a memória do projeto, optou-se pela apresentação em formato A4, tendo como finalidade descrever, justificar e apresentar as definições, cálculos e metodologias adotadas para definir as soluções e detalhamentos a serem empregados na obra.
- b) Plantas e desenhos: são apresentados em volumes separados deste memorial, em formatos variados devido a singularidade do projeto, onde constam todos os elementos elucidativos, bem como o detalhamento das principais condicionantes necessárias à execução da obra de revitalização da SC - 477 (Trevo CRAVIL).



2. GENERALIDADES

2.1. ABREVIACÕES

Na documentação contratual formalizada entre o Município e a CPV Engenharia ou a ser formalizada com os eventuais responsáveis pela execução do projeto, foram/serão empregados termos e abreviações, que devem ser interpretados como indicado a seguir:

- **PMBN** – Prefeitura Municipal de Benedito Novo;
- **DNIT** – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- **DER/SC** – Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina;
- **ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- **NBR** – Norma Brasileira;
- **EB** – Especificação Brasileira.

2.2. TERMOS

- **CONTRATADA:** A organização empresarial privada adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de EXECUÇÃO.
- **CONTRATO:** Acordo ou contrato de execução de obras e serviços, nos termos definidos no edital.
- **LICITANTE:** Pessoa jurídica que participa de licitação.
- **MUNICÍPIO:** O Município de Benedito Novo.
- **PODER PÚBLICO MUNICIPAL:** O município, nos termos previstos na Lei de Licitações e suas alterações posteriores.



- **FISCALIZAÇÃO:** A Prefeitura Municipal de Benedito Novo, através de sua Diretoria de Planejamento e/ou empresa designada/contratada para tal finalidade.

2.3. CONSIDERAÇÕES

Deverá a empresa CONTRATADA vencedora da licitação, submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos ora apresentados. Os serviços prestados por tal empresa deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais e longitudinais, dimensões, tolerâncias e exigências de qualidade das técnicas e materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO do contrato nos projetos e especificações de projeto apresentados.

Embora as medições, amostras e ensaios possam ser consideradas como evidência de tal observação, fica a critério da FISCALIZAÇÃO julgar se os serviços e materiais que foram apresentados divergem das especificações de projeto e serviços. A decisão da FISCALIZAÇÃO, quanto aos desvios permissíveis ou não dos mesmos, deverá ser final. A CONTRATADA será considerada responsável por danos por ela causados nos serviços.

Deverá a CONTRATADA, durante todo o tempo, proporcionar a supervisão dos serviços através de forma adequada, bem como sua mão-de-obra e equipamentos, designando e especificando os mesmos em quantidade e qualidade suficientes para executar os serviços até sua conclusão, dentro do prazo especificado em contrato.

Todo pessoal designado da CONTRATADA ou de empresas subcontratadas (se permitido pela FISCALIZAÇÃO), deverá possuir a habilitação técnica e experiência necessária para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Todo e qualquer empregado, encarregado ou operário da CONTRATADA ou de qualquer subcontratada (desde que permitido pela FISCALIZAÇÃO), que na



opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira reta, correta e adequada, ou seja, de maneira desrespeitosa, temperamental, em desordem ou indesejável, por qualquer motivo, deverá mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos compatíveis com o objeto do contrato em tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todo e qualquer equipamento empregado pela CONTRATADA deverá ser adequado ao serviço, de maneira a atender as exigências mínimas do serviço e produzir a qualidade e quantidade satisfatória dele. Poderá a FISCALIZAÇÃO ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento que não apresente condições satisfatórias de uso.

Todos os materiais utilizados deverão estar de acordo com as especificações. Caso julgue necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais utilizados e, se necessário, os ensaios de laboratório condizentes com o material.

Deverá a CONTRATADA efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais utilizados estará em conformidade com as especificações de projeto. Os ensaios e verificações que ficam a encargo da CONTRATADA, deverão ser executados por laboratório especificado por ela ou, quando devidamente necessário, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO, desde que devidamente justificado.

2.4. SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA

A CONTRATADA deverá tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger os usuários da via e facilitar o tráfego, minimizando os transtornos decorrentes da obra. Nos locais onde os projetos exigirem qualquer base, revestimento ou pavimento a ser construído, deverá ser executado numa faixa por vez, e a faixa que não estiver em utilização pelas



obras deverá ser aberta ao público, sob controle e direção alternada, visando facilitar o tráfego.

Caso a CONTRATADA julgar conveniente, poderá com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local onde estão sendo executadas as obras. Deverá ainda conservar em perfeitas condições de segurança os acessos provisórios, cruzamentos com outras vias etc.

Quando exigido pela FISCALIZAÇÃO, a contratada deverá fornecer objetos sinalizadores, de maneira que possibilite a passagem do tráfego sob os controles de direção única, conforme coordenação local. Somente será permitida a circulação de equipamentos carregados durante o tempo de execução das obras, limitados de acordo com a especificação da autoridade de trânsito competente. Caso necessite-se de passagens isoladas de equipamentos de peso superior ao permitido nas vias locais ou de entorno, estas poderão ser autorizadas pela autoridade de trânsito do município ou competente, devendo ser comunicado a FISCALIZAÇÃO.

As operações de construção e/ou serviço deverão ser executadas de maneira que causem o menor número de transtornos e incômodos possíveis às propriedades vizinhas as obras ou locais de realização de serviços.

A CONTRATADA deverá instalar prontamente e manter as barreiras necessárias (caso julgadas necessárias), sinais vermelhos, sinais de alerta e/ou perigo, sinalização de desvios entre outras sinalizações que se julguem necessárias, em número adequado e suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do local de trabalho e segurança dos transeuntes da via enquanto ela estiver em situação de obras.

Deverá a sinalização empregada na obra seguir os padrões especificados na legislação vigente, podendo ser composta de:



- a) Placas informativas ou de indicação (60 x 80 cm, 80 x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 x 150 cm), sendo executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, tendo letras e sinais refletivos ou similar;
- b) Cavaletes de madeira pintadas com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta ou similar;
- c) Guias em concreto pintados na cor amarelo;
- d) Cones refletivos de plástico;
- e) Cones refletivos de plástico com sinalizador alimentado por bateria;
- f) Faixas plásticas delimitadores na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura da faixa de no mínimo 10 centímetros;
- g) Todos os materiais empregados para sinalização provisória da obra deverão obrigatoriamente satisfazer às especificações aprovadas pela PMBN.

A CONTRATADA será responsável pela proteção das propriedades públicas e privadas, linhas de transmissão de energia e telefonia, redes de água, esgoto e drenagem, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho que passará por obras. Deverá a CONTRATADA, através da presença de um responsável técnico, observar e delimitar os locais da obra, a fim de garantir que não sejam afetados os serviços e instalações existentes na via, sejam de energia, telefonia, água, esgoto ou quaisquer outros serviços, mesmo os aqui não descritos.

2.5. MANEJO AMBIENTAL

- Caso haja excesso de material de cortes e não seja possível incorporar ao corpo dos aterros, deverão ser constituídos bota-foras, de maneira a permanecerem compactados e os taludes possuírem inclinação suficiente de maneira que evitem escorregamentos;
- Deverão os bota-foras serem executados de maneira que se evite o carreamento do material pelo escoamento das águas pluviais;



- Caso estejam em local de conformação final, desde que aprovada a condição pelo órgão ambiental competentes ou pela FISCALIZAÇÃO, deverá ser realizado o revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, a fim de incorporá-los a paisagem final;
- Deverá ser evitado o trânsito de equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho, tanto quanto seja possível, principalmente nos pontos onde houver alguma área com relevante interesse social, paisagístico ou ecológico;
- Caso seja previsto revestimento vegetal dos taludes, deverá ser executado imediatamente após o corte.

Deve-se evitar o tráfego desordenado dos equipamentos e veículos fora do corpo estradal, a fim de evitar danos desnecessários a paisagem, vegetação e interferências na via existente.

As áreas designadas a estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos deverão ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água ou drenagens próximas ao local. Este local deverá ser especificado pela FISCALIZAÇÃO.

2.6. RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

Caberá a FISCALIZAÇÃO a decisão das questões no tocante que venham a surgir quanto a qualidade e aceitabilidade dos materiais utilizados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do contrato e dos projetos e suas especificações.

É vedado que se inicie qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da CONTRATADA, apresentada com determinada antecedência para que FISCALIZAÇÃO possua tempo hábil de tomar as providências de inspeção previamente ao início das operações. As obras e serviços iniciados sem



observância das exigências poderão ser rejeitadas sem aviso pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO deverá ter livre acesso aos trabalhos durante a execução dos serviços/obras, e deverá possuir todas as facilidades razoáveis para determinar se os materiais e mão de obra empregadas são compatíveis em qualidade, quantidade e especificidade desejada.

A inspeção dos serviços/obras não deixará isenta a CONTRATADA de quaisquer uma de suas obrigações prescritas no contrato e na documentação do projeto.

Até que ocorra a notificação por escrito sobre a aceitação e entrega dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pelo zelo e conservação dos mesmos e deverá tomar todas as medidas de precaução contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação, devendo, caso ocorram, ser reparados ou restaurados os danos pela CONTRATADA, exceto aqueles considerados involuntários ou imprevisíveis, ou seja, fora de controle humano.

A CONTRATADA deverá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não poderá executar qualquer obra ou serviço antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos e implantados. As obras e serviços executados com materiais que não atendem as especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, de maneira que atendam as especificações mínimas de qualidade, obedecendo as instruções da FISCALIZAÇÃO.

Não deverá a CONTRATADA realizar qualquer obra ou serviço de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública ou não sem consulta previamente a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços público, autoridades e proprietários, de maneira que se estabeleça e confira a sua localização exata. Deverá a CONTRATADA notificar por escrito as entidades mencionadas acima,



da natureza de qualquer serviço que poderá vir a afetar suas instalações, prestação de serviços ou propriedades.

Quando necessário o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento das obras e serviços como projetados, mas for realizado por única e exclusiva conveniência da CONTRATADA, esta responderá por todos os custos incidentes neste desvio ou substituição. Quando a substituição ou realocação dos serviços for essencial para o prosseguimento das obras e serviços como projetados, deverá ser reunida a PMBN, a companhia prestadora de serviços e a CONTRATADA a fim de estabelecer métricas e parâmetros para a correta realização do serviço.

Após a finalização do serviço e previamente ao recebimento final dos serviços, a via deverá ser limpa. Todas as obras, valetas, pavimento, dispositivos de drenagem, entre outras obras complementares, deverão ser limpos e conservados de quaisquer acúmulos de sujeira resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido realizada.



3. ESTUDOS

3.1. TOPOGRAFIA

3.1.1. Introdução

A topografia tem por objetivo principal o fornecimento de subsídios e informações que por sua natureza, são fundamentais para os demais estudos e detalhamentos de projeto. Sendo assim, o levantamento topográfico planialtimétrico cadastral foi empregado ao longo do trecho demonstrado em pranchas, bem como em áreas adjacentes, de maneira que aumente a quantidade de informações para elaboração dos estudos e projetos. Neste levantamento foi utilizado equipamento GPS RTK Geomax Zenith 16 com correção por PPP (posicionamento por ponto preciso).

3.1.2. Levantamento em campo dos dados

Para fiel caracterização e implantação dos eixos do projeto da SC - 477 (Trevo CRAVIL) a ser pavimentada, foi seguida a borda da via de barro existente, a faixa existente entre alinhamentos prediais, de maneira que se alinhe ao segmento da estrada e das ruas adjacentes à mesma. Ou seja, objetivou-se a caracterização da futura implantação, baseando-se na implantação existente, buscando a menor intervenção possível.

Foram realizados os cadastros de todos os elementos considerados definidores dos posicionamentos gerais da via, bem como das redes de serviços públicos existentes, os alinhamentos prediais bem como a malha de pontos de terreno que definem a modelagem da estrada em geral.

Com base no traçado geométrico existente da via, já consolidado e com os dados geométricos conferidos no local, conforme supracitado, realizou-se o levantamento topográfico. Partindo das premissas básicas, efetuou-se o cadastramento dos bordos da via e dos dispositivos de drenagem existentes na área de interesse do projeto. A forma adotada para o levantamento se deu



através da irradiação de pontos amarrados entre si, formando um polígono aberto.

Neste estudo foi empregado o uso de um receptor GPS RTK "*Real Time Kinematic*", além de uma estação total. Estes equipamentos topográficos permitem medir de maneira linear e angular os pontos de interesse, possibilitando a qualquer tempo a reprodução gráfica dos elementos existentes, oferecendo com detalhes suficientes, a elaboração de um desenho preciso. Utilizando softwares especializados no escritório, processou-se os pontos coletados "*in loco*" para materializá-los em escalas apropriadas e, a partir destes, foram obtidos através de interpolações gráficas as curvas de nível, o eixo e as seções transversais da via existente, dando os subsídios necessários para a elaboração do projeto da via.

3.1.3. Processamento dos dados e resultados

O processamento dos dados coletados durante o levantamento se deu através do PPP, conforme supracitado, Posicionamento por Ponto Preciso, conforme esquema demonstrado a seguir:

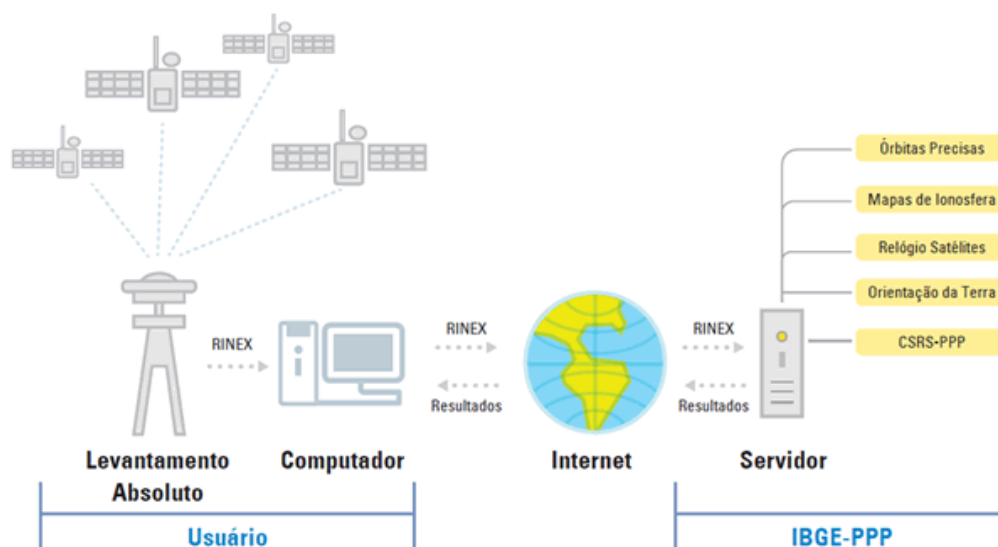


Figura 4 - Esquema de PPP



Após a realização do levantamento topográfico e processamento dos dados no escritório, chegou-se à caracterização completa da área de intervenção, que foi locada em projeto entre as estacas 0+0,00 PP e 6+10,47 PF, totalizando a extensão de 130,47 metros e 2.029,66 metros quadrados de área.

3.2. GEOTECNIA

3.2.1. Introdução

Para elaboração dos projetos de pavimentação necessita-se de informações acerca do solo existente na região. Identificou-se que a SC - 477 (Trevo CRAVIL), é uma SC predominantemente comercial pelo fato de estar no tocante localizada ao centro da cidade, apresentando um tráfego considerável de veículos ligando-se a regiões mais afastadas da cidade.

Nesta etapa identifica-se os principais elementos e parâmetros referentes ao solo existente na via, sendo essencial para tomada de decisão que levará em conta as condições atuais da via, de modo a propiciar melhores critérios de intervenções técnicas na SC - 477 (Trevo CRAVIL).

Tratando-se de uma via pavimentada, e consolidada, e por identificar que o trecho de estudo da SC - 477 apresenta características do solo muito semelhantes em toda a sua extensão, através de deliberação entre o corpo técnico da CPV Engenharia e Projetos e seu laboratorista de solos, desconsiderou-se a coleta de amostras para realização do ensaio CBR (*California Bearing Ratio*).

3.2.2. Localização da Área, Superfície e Vias de Acesso

O segmento objeto deste estudo com extensão de 130,47 metros, localiza-se na SC-477. Tem seu início 0+0,00PP estabelecido próximo do acesso ao



estacionamento do colégio Teófilo Nicolau de Almeida e seu final na estaca 6+10,47 em frente ao ponto de ônibus da CRAVIL.

Levando em consideração a geometria, geomorfologia, hidrografia, intemperismo, vegetação, geotecnia, pedologia, materiais de construção e condições ambientais, a caracterização geológica se incorporou, de fundamental importância para este projeto, na medida em que se detalha e define-se claramente as características intrínsecas do trecho e suas cercanias.

Através do deslocamento ao longo do trecho objeto deste projeto, foram realizadas inspeções técnicas no traçado onde se pode observar mais precisamente as características geológicas e geotécnicas dos materiais que afloram e ocupam os cortes e aterros já inseridos na implantação atual e que permeiam a diretriz de investigação. Cabe ressaltar, que foram observados os principais aspectos relativos à geometria e planialtimétrica da via, principalmente no tocante dos pontos críticos, além das questões envolvendo os materiais expostos com relação ao seu aproveitamento como material de construção.

3.3. ESTUDOS HIDROLÓGICOS

3.3.1. Diretrizes básicas

Definiu-se os modelos hidrológicos/hidráulicos de maneira que levem o estudo aos caminhos de soluções mais econômicas e financeiramente viáveis. Através dos estudos hidrológicos foi possível avaliar as condições de vazão e suficiência dos dispositivos de drenagem existentes, bem como dimensionar os dispositivos propostos neste projeto.

Evidentemente os elementos foram produzidos através do quadro climatológico regional, sendo avaliados os prazos de execução dos serviços e a estimativa de rendimento dos equipamentos e mão de obra necessários à fixação das produções horárias das equipes e, determinação dos custos do empreendimento.



3.3.2. Bacia estudada

A área estudada diz respeito a extensão tota do projeto e seus arredores junto a SC - 477 (Trevo CRAVIL), visto que as condições existentes hoje são suficientes no tocante da drenagem. Cabe ressaltar também que a bacia estudada é predominantemente impermeável, desta forma, aumenta as condições de escoamento superficial.

3.3.3. Climatologia

O clima da região é caracterizado pelas quatro estações bem definidas, assim como em todo o sul do país, tendo períodos de chuva variáveis de acordo com os fenômenos *La Niña* e *El Niño*. A temperatura média fica em torno de 19,7°C.

3.3.4. Pluviometria

Conforme supracitado nas diretrizes, a pluviometria e climatologia adotada para a situação leva em conta parâmetros já estudados pelas Universidades e pesquisadores na região, em tabelas já consagradas pelo uso. A precipitação pluviométrica situa-se entre 1600 e 1700 milímetros ao ano. Para finalidade de dimensionamento, pode-se considerar 116,77mm/h.

3.3.5. Bacias de Contribuição

Visto que a SC - 477 (Trevo CRAVIL) já apresenta dispositivos de drenagem instalados dimensionados para captação da vazão oriunda das precipitações foi feito o levantamento da drenagem existente e um redimensionamento atualizando o sistema de drenagem existente com novas tubulações e bocas de lobo que respeitem o novo projeto geométrico da SC - 477 (trevo CRAVIL).

Como já consagrado pelo uso, o método utilizado para cálculo das vazões de contribuição é o Método Racional, que consiste na associação de valores históricos de precipitação em determinada região com o escoamento superficial,



transformando os valores em vazões que poderão ser utilizadas para dimensionamento dos dispositivos de drenagem destinados a captar o escoamento superficial e encaminhar ao local de deságue.

No método em questão, as bacias não poderão ultrapassar 3 quilômetros quadrados, sendo este número diretamente associado a razoabilidade de sua eficiência. Segundo o método, a vazão de pico (Q_{pico}) de uma determinada área para uma chuva, é dada pela seguinte fórmula:

$$Q_{pico} = \frac{C \times A \times Ad}{3,6}$$

Onde:

Q_{pico} = vazão de pico (m^3/s);

C = coeficiente de escoamento superficial (conforme tabela);

I = precipitação média (mm/h);

Ad = área da bacia de contribuição (km^2).

Valores do coeficiente de escoamento superficial direto adotados pela Prefeitura do Município de São Paulo (P.S. Wilken, 1978).

ZONAS	C
Edificação muito densa: Partes centrais, densamente construídas de uma cidade com ruas e calçadas pavimentadas	0,70 - 0,95
Edificação não muito densa: Partes adjacente ao centro, de menos densidade de habitações, mas com ruas e calçadas pavimentadas	0,60 - 0,70
Edificações com poucas superfícies livres: Partes residenciais com construções cerradas, ruas pavimentadas	0,50 - 0,60
Edificações com muitas superfícies livres: Partes residenciais com ruas macadamizadas ou pavimentadas	0,25 - 0,50
Subúrbios com alguma edificação: Partes de arrabaldes e subúrbios com pequena densidade de construção	0,10 - 0,25
Matas, parques e campos de esporte: Partes rurais, áreas verdes, superfícies arborizadas, parques ajardinados, campos de esporte sem pavimentação	0,05 - 0,20

Figura 5 - Valores (C) conforme Wilken



Este coeficiente de escoamento superficial é dado pela tabela acima, e dependerá da utilização do solo na região estudada. Sendo o projeto elaborado no meio urbano, adotamos que o solo se encontra parcialmente impermeabilizado, impossibilitando as vazões de infiltrações adequadas ao longo das chuvas e provocando determinada quantidade de escoamento superficial. Deve-se também levar em consideração que os cálculos demonstrados têm sua base nos históricos de precipitação ocorridas na região, devendo assim optar por período de retorno adequado a situação, visto que a adoção de altos períodos de retorno podem levar ao superdimensionamento dos sistemas, tornando seu uso ocioso durante a maioria do tempo. Sobre a ótica inversa, um período de retorno pequeno poderá ocasionar um dimensionamento insuficiente dos sistemas de drenagem, de maneira que o sistema opere no limite.

Para se obter as precipitações médias utilizadas no projeto, utilizou-se os dados históricos de estações meteorológicas. O parâmetro adotado consiste em período de retorno de 2 anos, sendo o tempo de concentração da bacia de 5 minutos. De posse destes dados, e da publicação "Chuva de projeto para instalações prediais de águas pluviais de Santa Catarina", Álvaro Jose Back et al, Revista Brasileira de Recursos Hídricos, retorna um valor de 116,77 mm/h.

Tendo em vista as definições tomadas até este ponto, foi possível realizar o cálculo das vazões de projeto do local avaliado, servindo para cálculo do diâmetro da tubulação a ser executada. Um ponto que deverá ser analisado futuramente no projeto de drenagem são as questões de impermeabilização do solo ao longo do trecho estudado, até o ponto de deságue é o acúmulo de vazões provenientes desse trecho. Do ponto final do projeto, resultarão vazões acumuladas de todos os trechos e bacias a montante, sendo necessária que a vazão seja testada trecho a trecho podendo resultar assim em um aumento de diâmetro das tubulações nos trechos finais.

Todas as indicações aqui expressas são resultantes do estudo hidrológico, sendo analisadas a partir das bacias apresentadas acima. Todos os fatores



observados e elencados foram tomados de maneira que sejam a favor da segurança, desta forma, em locais onde haja dúvida que porventura possam advir em contribuições para as ruas adjacentes futuramente, não foram previstas pelo fato de não haver condições de tais definições de maneira imediata, cabendo estas definições a um futuro estudo de macrodrenagem do município.



4. PROJETOS ELABORADOS

4.1. PROJETO GEOMÉTRICO

4.1.1. Introdução

Após todas as definições e levantamentos topográficos, hidrológicos, geotécnicos entre outros dados, bem como sua coleta e estudo, colidiu-se com os levantamentos para que possam fornecer embasamento técnico e de informação quanto as definições dos parâmetros geométricos do projeto a ser desenvolvido.

Todos os alinhamentos apresentados na via, tanto em projeto como suas interceptoras apresentam-se praticamente definidas ao longo da rua, visto que ela se encontra consolidada possuindo em sua extensão diversas residências e comércios, sendo necessária a adequação de um trevo e seu respectivo alargamento pavimentado.

Assim, os estudos do traçado da via se resumiram basicamente a definições de eixo para o alinhamento e viabilidade econômica das mudanças em suas adjacências, buscando o equilíbrio técnico, econômico e ambiental.

4.1.2. Critérios e definições

Os critérios geométricos estavam pré-estabelecidos pela implantação da via, não podendo ser trabalhados livremente, por exemplo, de maneira a buscar o equilíbrio de movimentação de terra, uma vez que a área já se encontra praticamente implantada e definida em sua extensão, como supracitado, com diversos usos. Tal fato não prejudicou o projeto, visto que as definições deixaram impostos os pontos obrigatórios de passagem, tanto em planta quanto em perfil.

4.1.3. Características

A SC - 477 (Trevo CRAVIL) possui geometria predominantemente regular, estando estas informações constantes no projeto de pavimentação do alargamento da via que foi norteadado pelas definições geométricas.

4.1.4. Apresentação do projeto

O projeto geométrico é apresentado através das implantações apresentadas da via, como os projetos de pavimentação, que são demonstrados nas pranchas em 2D.

Para elaboração da geometria da via, fora utilizado como subsídios o estudo topográfico e diretrizes sugeridas pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) e IP-04/2004 do DER (Departamento de Estradas de Rodagem) de São Paulo.

O gabarito adotado é variado levando em conta que se trata de um trevo e o alargamento da pista tem diferentes cotas de largura no decorrer do local dado projeto.

4.2. PROJETO DE TERRAPLENAGEM

Possui como principal objetivo definir e preparar a seção geométrica da via, levando em consideração o projeto geométrico que fixa as condições futuras da via, mediante a execução de cortes ou aterros, localização e distribuição dos volumes destinados à conformação do greide e da plataforma, conforme elementos definidos pelo projeto.

Consiste em um conjunto de operações com a principal finalidade de construir o corpo da via, tomando como referência as cotas do greide projetado de terraplenagem (notas de serviço), onde deverá ser demarcado em campo através dos "offsets".

Em função das características próprias do projeto, o greide lançado procurou adotar a solução mais próxima as características existentes da via, não elevando a cota final do pavimento a fim de evitar grandes diferenças de nível entre o pavimento e as edificações nos arredores.



Para questões orçamentárias, considerou-se um DMT (distância média de transporte) de 20,00 Km. As operações classificadas como aterro compreendem a extração nas jazidas, transporte, espalhamento, homogeneização, conveniente umidificação ou aeração e compactação dos materiais destinados a construção da camada final do aterro até a cota correspondente ao greide de terraplenagem, devendo sempre prever a retirada dos materiais de inferior qualidade para melhorar as fundações dos aterros e/ou cortes. Caso haja taludes de corte, os mesmos deverão ser realizados na proporção de 1:2 (H/V) e nos taludes de aterro, deverão seguir a proporção de 1:1 (H/V). Essas proporções são convenientemente representadas nas seções transversais do projeto (caso haja esta situação). Para execução dos taludes de aterro deverá ser utilizado solo de 1ª categoria, advindos da escavação na jazida de empréstimo.

Os solos utilizados com a finalidade de aterro deverão ser de boa qualidade, isentos de material orgânico, micáceas e diatomáceas, além de não apresentarem solos do tipo turfa e argilas orgânicas. Durante a execução do corpo dos aterros não será permitido o uso de solos que tenham baixa capacidade de suporte (ISC 2%), quando compactados com energia no método DNER-ME 47/64.

A camada final do aterro deverá obrigatoriamente ser constituída de solos selecionados, dentre os melhores disponíveis no momento, não sendo permitido solos com expansão maior do que 2%.

O lançamento do material para construção dos aterros deverá ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal e em extensões que permita seu umedecimento e compactação a 100% do Proctor normal. Para o corpo dos aterros, a camada compactada não poderá ultrapassar a espessura de 20 centímetros e para as camadas finais, esta espessura não deverá ultrapassar 10 centímetros.

O DMT utilizado para a jazida de empréstimo, se necessário, foi de 30.000,00 metros.



NOTA: A localização das áreas de bota-fora e jazidas de empréstimo são estimadas e deverão ser **OBRIGATORIAMENTE** definidas e apresentadas pela equipe técnica da Prefeitura. Tratando-se de projeto de pavimentação em via pública, a apresentação do licenciamento ambiental será de inteira e total responsabilidade da municipalidade.

Deverão os serviços de terraplenagem especificados no orçamento, serem realizados de acordo com as especificações do DER-SC:

DER-SC-ES-T-01/92; DER-SC-ES-T-02/92; DER-SC-ES-T-03/92; DER-SC-ES-T-04/92; DER-SC-ES-T-05/95; DER-SC-ES-T-06/92; DER-SC-ES-T-97/92.

4.2.1. Escavação, Aterro, Carga e Transporte de Materiais

Nos serviços de escavação, carga e transporte de materiais podemos adotar a seguinte classificação dos materiais encontrados em campo.

- a) Material de 1ª categoria:** compreende solos residuais ou sedimentares, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 15 cm, qualquer que seja o teor de umidade apresentado durante sua movimentação;
- b) Material de 2ª categoria:** compreende os solos com resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada. Sua extração se processa por combinação de métodos que obriguem a utilização de equipamentos de maiores dimensões. Eventualmente a extração poderá envolver o uso de explosivos ou através de processos de expansão adequados, incluindo-se nesta classificação os blocos de rocha de volume inferior a 2,00 metros cúbicos, além dos matacões ou rochas de diâmetro médio entre 15 centímetros e 1,00 metro;
- c) Material de 3ª categoria:** esta categoria compreende aqueles que apresentam resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada ou seja, rocha sã, com diâmetro médio superior a 1,00 metro ou de volume igual ou superior a 2,00 metros cúbicos, cuja extração e redução do material a fim de possibilitar o seu carregamento exijam o processamento com o emprego contínuo de explosivos.



4.2.1.1. Equipamentos

Para correto procedimento executivo devem-se empregar os equipamentos adequados ao serviço executado na obra. Desta maneira, elenca-se a necessidade da utilização de maneira racional do equipamento adequado, possibilitando a execução dos serviços atendendo as condições especificadas e produtividade requerida para cumprimento dos prazos.

A seleção do equipamento adequado para execução de cada serviços deverá seguir no mínimo as seguintes especificações:

- a) Corte em solo: no geral, deverá ser utilizado tratores equipados com lâminas, escavo-transportadoras, escavadores diversos com transportadora. A operação deverá incluir a utilização de motoniveladoras para escarificação e manutenção dos caminhos de serviço e áreas destinadas ao trabalho, além de empurradores, conhecidos como "*pushers*".
- b) Cortes em rocha: deve-se empregar o uso de perfuratrizes pneumáticas ou elétrica para o preparo das minas, além de tratores equipados com lâminas para operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados para carga e transporte do material extraído. Neste tipo de operação deverá ser utilizado explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições existentes no canteiro de obra e seu entorno.
- c) Remoção de solos orgânicos: para remoção deste tipo de material ou similares como turfas, inclusive com a execução de corta-rios (se for o caso), deve-se empregar o uso de escavadeiras do tipo "*dragline*" (caso aplicável), ou com o uso de outros equipamentos supracitados ou combinados.



4.2.1.2. Procedimentos de Execução

As operações de terraplenagem compreendem diversas fases que a depender dos métodos executivos e procedimento adotados pela CONTRATADA poderão variar, no entanto, como procedimentos básicos temos:

- a) Escavação dos materiais que constituem o terreno natural, de acordo com as indicações de corte/aterro/escarificação constantes em projeto;
- b) Carregamento e transporte do material escavado até os pontos de aterro conforme especificados em projeto ou até os bota-foras especificados pela FISCALIZAÇÃO;
- c) Retirada das camadas de solo classificadas como de "má qualidade", visando o preparo das fundações dos aterros para recebimento da estrutura do pavimento, de acordo com as indicações de projeto. Os materiais retirados e considerados de "má qualidade", deverão ser transportados para os locais especificados previamente pela FISCALIZAÇÃO, de maneira que não se acumule e cause transtornos na obra durante sua execução;
- d) O procedimento de escavação/escarificação/aterro se dará face da utilização adequada ou da rejeição do material extraído. Desta forma deverão ser transportados apenas para constituição da terraplenagem aqueles que, pela classificação e caracterização realizadas sejam compatíveis com as especificações de projeto;
- e) Caso constatada a conveniência técnica e econômica da reserva de material para confecção de camadas de terraplenagem, ele será depositado em locais de bota-espera definidos pela FISCALIZAÇÃO de maneira que aguarde sua oportuna utilização;
- f) Assim que atendido os parâmetros estabelecidos em projeto, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas excessivas de solo removidas desde as etapas iniciais do procedimento de terraplenagem, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros necessários, DESDE QUE, mediante compactação e tratamento adequado



aos materiais, especificados pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, atendam aos parâmetros necessários para adequada constituição do aterro especificado em projeto. Cabe total e irrestrita responsabilidade da CONTRATADA e FISCALIZAÇÃO neste item quanto a incorporação destas massas ao aterro;

- g) Todas as massas excedentes que não forem passíveis de destinação ao descrito no item anterior, serão objeto de remoção do local, de maneira que não constituam ameaça à estabilidade e trafegabilidade da via e não prejudiquem o aspecto paisagístico ou do meio ambiente da região;
- h) Caso constatado durante a execução que se encontre ao nível da plataforma de corte/escarificação a ocorrência de rocha sã ou em decomposição, principalmente nos locais onde ocorrem solos com expansão maior do que 2% e com baixa capacidade de suporte, ou ainda em região de ocorrência de solos orgânicos, deve-se promover o rebaixamento respectivamente da ordem de 40 centímetros e 60 centímetros, de maneira que se possa executar novas camadas de reconstituição, utilizando materiais selecionados especificados em projeto ou na falta, através da avaliação do responsável técnico da CONTRATADA, sob sua responsabilidade;
- i) Caso ocorra a necessidade de cortes de taludes no entorno da via, não se admitirá a ocorrência de blocos de rocha no talude que possam vir a colocar em situação de risco a segurança dos usuários e do trânsito;
- j) Nos pontos em que ocorrem a passagem de situação de corte para situação de aterro, precedendo a este último a escavação transversal ao eixo que deverá ser executada até a profundidade necessária a fim de evitar recalques diferenciais que poderão ir a ocorrer;
- k) Todas as valetas de proteção dos cortes deverão obrigatoriamente ser executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção especificadas/projetadas;



- l) Caso haja pontos de corte com altura elevada, deverá ser prevista a implantação de terraceamento, utilizando as banquetas projetadas ou especificadas pela CONTRATADA, devendo possuir largura mínima de 3,00 metros, possuindo valetas revestidas e possuírem proteção vegetal.

As camadas de aterro deverão ser compactadas com equipamento adequado e normatizado, em camadas entre 10 e 30 centímetros e nas camadas finais, em 20 centímetros, possuindo $\text{CBR} \geq 2\%$ no P.N, sendo sua expansão $\leq 4\%$ para o corpo do aterro, sendo o $\text{CBR} \geq 6\%$ do P.I, e sua expansão $\leq 2\%$ para os últimos 60 centímetros de aterro, quando for o caso. Devem sempre ser constatadas as condições "*in loco*" a fim de garantir as especificações de projeto, podendo as características serem alteradas desde que justificadamente e com consenso dos projetistas e da FISCALIZAÇÃO.

4.2.2. Notas de Serviço

As notas de serviço referentes ao projeto estão anexas a este relatório.

4.3. PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

4.3.1. Considerações

O projeto de pavimentação é diretamente ligado ao projeto de terraplenagem, buscando assim otimizar as camadas constituintes da estrutura do futuro pavimento a ser implantado. Os demais estudos provêm os subsídios necessários a implantação do projeto, neste caso a topografia nos dá os parâmetros altimétricos para definição dos greides e a geotecnia nos proporciona os parâmetros que serão considerados na concepção da estrutura do pavimento que receberá o tráfego, sempre obedecendo as condicionantes existentes do local, ou seja, a via já implantada a muitos anos.

Na questão altimétrica, buscou-se um posicionamento de greide que não causasse movimentações de terra muito grandes, visto que não se pode mexer nas questões altimétricas devido a existência das residências ali já instaladas,



aproveitando assim o traçado e permitindo a satisfatória drenagem superficial do pavimento. A metodologia utilizada para o dimensionamento dos pavimentos se embasa em conhecimentos já consolidados no mercado, que demonstraram resultados satisfatórios ao longo dos anos em que fora empregado.

4.3.2. Dimensionamento do pavimento

4.3.2.1 Considerações Iniciais

Um dos principais objetivos do estudo de tráfego refere-se ao fornecimento de dados para definições acerca do Projeto Geométrico, necessário para que seja classificada a via estudada, definições de seções transversais, projeto de intersecções e parâmetros básicos para o dimensionamento da estrutura do pavimento necessária para suportar o tráfego existente atualmente e projetado ao futuro.

As fontes de dados utilizadas podem ser obtidas através de pesquisas em campo ou através do fornecimento de dados de órgãos viários/rodoviários dos municípios, estados ou da federação, referentes aos TMDA's dos trechos existentes.

4.3.2.2 Espessura Geral do pavimento

Para o dimensionamento das vias, adotou-se o método DNER. É de vital importância no desempenho do pavimento, a fixação da espessura mínima a adotar para os revestimentos do tipo betuminosos, em termos de vida útil de projeto a fim de proteger a camada de base e evitar a ruptura do próprio revestimento por esforços repetitivos de tração na flexão.

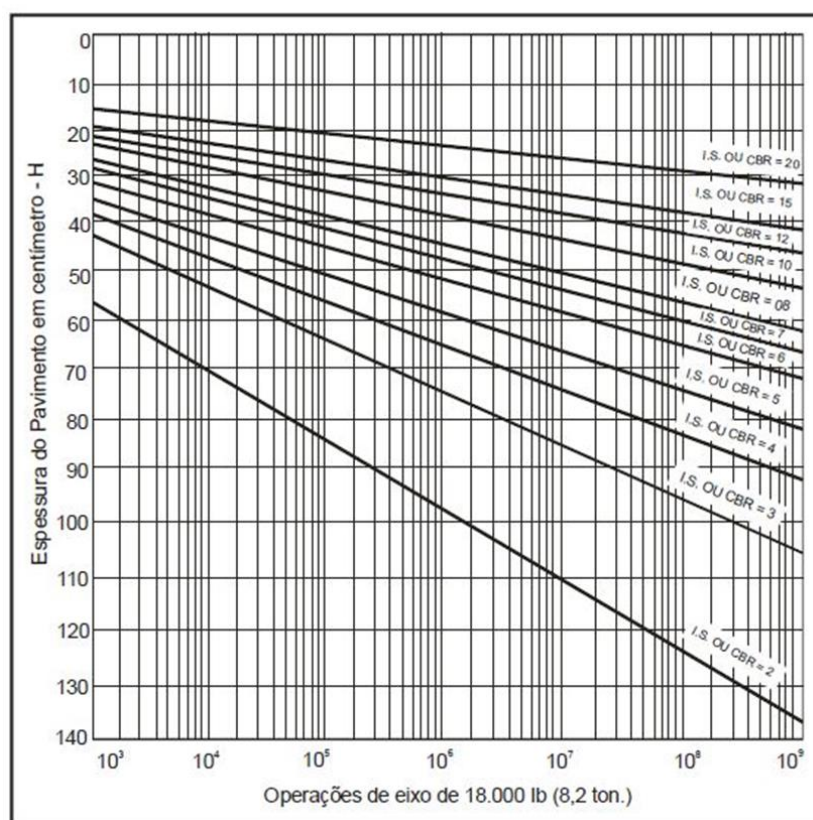
A definição da espessura das camadas é definida na tabela a seguir, no qual está diretamente relacionada com o esforço indicado pelo número N.



N	Espessura Mínima de Revestimento Betuminoso
$N \leq 10^6$	Tratamentos superficiais betuminosos
$10^6 < N \leq 5 \times 10^6$	Revestimentos betuminosos com 5,0 cm de espessura
$5 \times 10^6 < N \leq 10^7$	Concreto betuminoso com 7,5 cm de espessura
$10^7 < N \leq 5 \times 10^7$	Concreto betuminoso com 10,0 cm de espessura
$N > 5 \times 10^7$	Concreto betuminoso com 12,5 cm de espessura

Quadro 1 - Espessuras mínimas de revestimentos betuminosos

Por possuir uma grande movimentação de caminhões e veículos, optou-se por fazer um revestimento com a espessura de 5,0 cm de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ). O método de dimensionamento de pavimentos flexíveis consiste em um ábaco, o qual nos auxilia a obter o total do pavimento em função do número N e do valor do CBR (índice de suporte Califórnia).



Ábaco 1 - Dimensionamento das espessuras das camadas



Através dos ensaios de Índice de Suporte Califórnia (CBR), com coleta de material in loco, definiu-se um CBR do subleito de 8%. Determinadas as espessuras Hm, Hn e H20 pelo ábaco característico do método, e R pela tabela de espessuras mínimas de revestimento apresentadas neste item, as espessuras da base (B), sub-base (h20) e reforço de subleito (hn), são obtidas pela resolução sucessiva das inequações abaixo:

$$RKR + BKB \geq H20$$

$$RkR + BKB + h20 KS \geq HN$$

$$RkR + BkB + h20 KS + HN kref \geq hm$$

Em síntese, a camada estrutura do pavimento, compreendida entre as estacas 0+0,00 até 6+10,47 deverá ter **espessura mínima total de 40 centímetros**, composto por:

- a) Sub-base de macadame hidráulico (rachão), tendo CBR > 20%:
espessura da camada e=20cm;
- b) Base de brita graduada (CBR> 80%): espessura da camada e=15cm;
- c) Concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ): espessura da camada e=5,0 cm.

Deverá ser considerada uma espessura de aproximadamente 5 centímetros do próprio material para regularização e reforço da sub-base.

A localização das jazidas de empréstimo de material está apresentada em anexo a este memorial através de um croqui. Todo o concreto betuminoso usinado a quente utilizado na execução deverá seguir a especificação ES 313/97 do DNER.

4.3.3. Apresentação do projeto

O projeto está apresentado nas pranchas das quais trata este memorial, sendo suas respectivas quantidades demonstradas no orçamento geral da obra na seção que trata das questões de pavimentação.



4.4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações têm como objetivo garantir a segurança e qualidade dos trabalhos durante a implantação das obras de pavimentação. A metodologia empregada para execução deve estar conforme especificações do DNIT, ABNT, assim como as diretrizes dos órgãos Municipais.

4.4.1. Pavimentação

4.4.1.1. Regularização do subleito

A execução desse serviço compreende no nivelamento do subleito através de pequenos cortes ou aterros de material, com espessura de aproximadamente 10cm, conferindo-lhe condições adequadas a geometria no sentido transversal e longitudinal. O grau de compactação deverá atingir 100% da densidade máxima determinada pelo Proctor Normal.

A área a ser feita a regularização do subleito é concebida em um trecho (início da estaca 0+12,70 à estaca 5+14,10) de 678 m², que contempla a SC - 477 (Trevo CRAVIL).

4.4.1.1.1. Requisitos mínimos para o subleito:

O material deve apresentar Índice de Suporte Califórnia superior a 6% e expansão menor que 2%, atendendo a NBR 9895. Em caso de substituição ou adição de material, estes devem ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto e apresentar as características estabelecidas na alínea "d" da subseção 5.1 - Materiais da Norma DNIT 108/2009-ES: Terraplanagem – Aterros – Especificação de Serviço, quais sejam, a melhor capacidade de suporte e expansão $\leq 2\%$, cabendo à determinação da compactação de CBR e de expansão pertinente.



4.4.1.2. Sub-base de macadame hidráulico/rachão

Compreende na aplicação de uma camada de solo granular (material de segunda categoria) sobre o greide de terraplenagem propriamente compactado e regularizado.

A execução desse item engloba operações como mistura, pulverização, umedecimento e secagem dos materiais assim como sua compactação, espalhamento e acabamento na pista na largura projetada. As quantidades necessárias devem atingir a espessura mínima do projeto.

O material a ser utilizado para a camada de reforço de subleito deve ser submetido a ensaios conforme as normas regulamentadoras DNER-ME 122/94, DNER-ME 082/94 e DNER-ME 080/94 para atender o limite de plasticidade, granulometria e liquidez necessária. Devera também atender CBR (DNER-ME 049/94) igual ou maior que 20%.

A quantidade de reforço a ser aplicada sobre o subleito é do trecho de início até estaca 0+12,70 à estaca 5+14,10) de 101,7 m³, a uma espessura de 15 cm.

4.4.1.3. Base de brita graduada

Compreende na aplicação de uma camada granular de pavimento executada sobre o subleito adequadamente compactada e espalhada. A composição da brita graduada é feita de materiais britados, misturados conforme projeto em usina adequada, constituída por uma composição granulométrica que satisfaça as condições à qual é submetida ao tráfego diário definido no projeto.

A execução desse item engloba operações como mistura, pulverização, umedecimento e secagem dos materiais e sua compactação, espalhamento e acabamento em pista nas dimensões projetadas. As quantidades necessárias devem atingir a espessura mínima do projeto.



O controle geométrico deve permitir tolerâncias de ± 1 centímetro para largura da plataforma e $\pm 0,5$ centímetros em relação a cotas do greide projetado, já o material a ser utilizado para produção da base deve apresentar Índice de Suporte Califórnia (DNER-ME 049/94) superior a 70% e sua expansão máxima deve atender 0,5% com energia de compactação $\geq 100\%$

Para execução desse serviço são necessários equipamentos como vibro-acabadora, motoniveladora, rolos compactadores, grade de discos, caminhões basculantes, caminhão espargidor e caminhão pipa.

A quantidade de base de brita graduada pode ser considerada no trecho de (início da estaca 0+12,70 à estaca 5+14,10) de 135,6 m³, a uma espessura de 20 cm.

4.4.1.4. Imprimação CM-30

A execução desse serviço compreende a aplicação da camada de material betuminoso sobre a superfície da base granular já concluída, antes do revestimento betuminoso para impermeabilizar a base.

Para remover partículas de pó e desagregados é necessário aplicar vassoura mecânica em toda a superfície da base antes do impermeabilizante. Aplicar o ligante com caminhão do tipo espargidor com dispositivos de aquecimento, termômetros e calibradores. A taxa de aplicação deve ser entre 0,8 a 1,6 litros/m², conforme o tipo e textura da base do ligante betuminoso escolhido, considerando absorção máxima de 24 horas.

Durante a execução da aplicação deve se efetuar a coleta do material em recipiente adequado e calibrado de modo a permitir a medição da taxa de consumo, equivalendo a tolerância admitida da taxa do ligante e ajustada experimentalmente no campo em $\pm 0,2$ l/m².

A área a ser aplicada a Imprimação CM-30 pode ser considerada no trecho 0+12,70 à estaca 5+14,10) de 678 m², conforme consta no item 3.6.



4.4.1.5. Pintura de ligação RR-1C

A execução desse serviço compreende a aplicação da camada de material betuminoso sobre a superfície com a finalidade de permitir condições necessárias de aderência entre a camada anterior e o revestimento a ser executado.

Para remover partículas de pó e desagregados é necessário aplicar vassoura mecânica ou jato de ar comprimido em toda a superfície da base antes da aplicação do impermeabilizante.

A área a ser aplicada a pintura de ligação RR-1C pode ser considerada no trecho 0+12,70 à estaca 5+14,10) de 0,31 t para a aplicação dos 5 cm de Concreto betuminoso, conforme consta no item 3.9 do Memorial de Cálculo em anexo a este estudo.

4.4.1.6. Concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ)

A execução desse serviço tem a finalidade de revestir a base, proporcionando segurança e conforto para o usuário que trafega pela via.

O item baseia-se em uma mistura executada à quente em uma usina adequada, composta por material agregado, mineral graduado e ligante betuminoso, o qual será espalhado e comprimido à quente.

A mistura deve atender as determinações e tolerâncias de granulometria e percentuais de ligante à faixa exigida em projeto conforme DNER ES 313/97. A composição da mistura deverá ser desenvolvida pela executora.

O espalhamento do revestimento asfáltico deve ser feito com máquina capaz de espalhar e conformar a mesma, e em seguida, comprimir o material com rolos (pneumático, liso, vibratório).

O transporte, compactação, densidade e temperatura serão definidos na elaboração do traço de acordo com a especificação citada anteriormente.



A quantidade de concreto betuminoso (CBUQ), pode ser considerada no trecho 0+12,70 à estaca 5+14,10) em uma aplicação de 5cm é de 81,36 t de material para concreto asfáltico e 5,14 t de CAP 50-70.

4.4.1.7. Meio-fio ou guia

Meio-fio ou guia de concreto é um dispositivo utilizado para auxiliar no direcionamento de águas pluviais para as redes de drenagem.

Deverá ser aberta uma vala para o assentamento das guias ao longo dos bordos do subleito preparado obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensão estabelecida em projeto. O fundo da vala deverá ser regularizado e sem seguida apiloado. As guias serão assentadas com a face que apresentar menos falhas e depressões para cima, de tal forma que fiquem com seção transversal, conforme projeto. Serão empregadas peças com 100 x 30 x 13 x 15 cm. As peças serão de concreto pré-fabricadas com fck mínimo de 25MPa.

O alinhamento e perfil dos meios-fios serão verificados antes do início do calçamento. Não deverá haver desvios superiores a 20,00mm em relação ao alinhamento e perfil estabelecidos.

4.5. PROJETO DE DRENAGEM URBANA

4.5.1. Introdução e considerações

O projeto de drenagem tem como principal objetivo o recolhimento e encaminhamento das águas pluviais que caem sobre a Rua e sua bacia de contribuição a fim de prever, dimensionar e projetar os dispositivos de drenagem adequados para tal finalidade. Em síntese, o projeto de drenagem se apoia nos estudos hidrológicos realizados.

Atualmente a SC - 477 (Trevo CRAVIL) já apresenta um sistema de drenagem instalado e em operação que atende a demanda da rua e de sua bacia de contribuição. Tendo em vista esse ponto, a principal pretensão do projeto é



de demolir e reconstruir as bocas-de-lobo, posicionando-as conforme o novo projeto geométrico da rua.

4.5.2. Transporte, armazenamento e manuseio das tubulações

Para operações de carga/descarga e armazenamento das tubulações, deve-se considerar determinados cuidados com o intuito de manter o material em correta condição de uso, sendo as especificações deste memorial consideradas mínimas, devendo sempre serem utilizadas em conjunto com as especificações dos fabricantes.

Para transporte da tubulação sempre deverá ser utilizados caminhões com carrocerias planas e isentas de pregos ou pontas de madeira/metálicas, ou qualquer outro tipo de saliência que poderá vir a danificar a tubulação.

Devem as tubulações serem amarradas adequadamente a tubulação, mantendo todas firmemente juntas a carroceria do caminhão. Sempre que transportadas com caminhões com grade lateral baixa ou sem grade lateral, deverão ser utilizados caibros verticais encaixados na carroceria, arramando a tubulação.

Caso necessário, poderão ser introduzidos os tubos uns dentro dos outros, sem forçar e tomando cuidado com as pontas. Nunca deverão ser transportados em caminhões com carroceria menor do que extensão dos tubos e no momento da carga/descarga, é admitido o emprego de carga/descarga manual ou mecânica. SEMPRE que for aplicada a carga/descarga mecânica, deverão os tubos serem amarrados em dois pontos de apoio, de maneira que se evite deformações na tubulação. Os tubos nunca deverão ser jogados do alto da carroceria, lançados ao solo, recomenda-se que a descarga seja sempre feita manualmente e com cuidado.

Se necessário armazenar as tubulações por longos períodos, estes não podem ser expostos as intempéries, evitando-se possíveis deformações e



alterações no produto. Deverá o local para estocagem ser plano e com declividade mínima, predominantemente limpo, livre de pedras ou objetos salientes que possam vir a danificar a tubulação.

É admitido o empilhamento dos tubos em forma de pirâmide ou “fogueira”, lembrando sempre de providenciar caibros verticais de madeira para contenção lateral da pilha. Caso empilhados, não poderão ultrapassar a altura de 1,80m.

O manuseio deste tipo de material é facilitado visto que seu peso é reduzido, no entanto, caso ocorram abusos no trato das tubulações, poderão ocorrer danos que os tornem inadequados ao uso. Deve-se sempre ter cuidado com as extremidades das tubulações, visto que são suas partes mais sensíveis, por isso é imprescindível o cuidado para não haver choques, impactos ou atritos com corpos estranhos. Nunca jogar ou arrastar os tubos.

Os tubos deverão ser transportados até a vala somente no momento de sua utilização, permanecendo o menor tempo possível no local sem ser assentado, de maneira que se evite deformações e danos.

4.5.3. Fundação e berço da tubulação

O fundo da vala onde será assentada a tubulação deverá ser regular e uniforme, respeitando a declividade e profundidade de projeto, isento de saliências, reentrâncias, corpos estranhos ou qualquer outro fator que possa vir a danificar a tubulação. As eventuais reentrâncias deverão ser preenchidas com material adequado, devidamente compactado, de maneira que se obtenha as mesmas condições de suporte do fundo da vala.

O fundo da vala de assentamento deverá apresentar resistência suficiente para suportar as solicitações de projeto sem recalque excessivo ou diferencial. Solos com alto teor de matéria orgânica, moles, expansíveis ou saturados são inadequados para tal finalidade de suporte, devendo ser reforçados com camada de brita ou cascalho de no mínimo 15 centímetros, devidamente compactada,



ou de concreto armado devidamente estaqueado. A tubulação sobre a fundação deverá obrigatoriamente ser apoiada sobre berço de areia, pedra britada ou cascalho de no mínimo 15 centímetros de espessura.

Deverá o berço ser compactado com um grau de compactação maior ou igual à 95% do ensaio do Proctor Normal para solos e materiais granulares de granulometria contínua. Para areias ou materiais granulares finos de granulometria uniforme, a compactação deverá ser hidráulica e o grau de compactação relativa maior ou igual a 75% do ensaio de referência. Em ambos os casos, o desvio de umidade ótima deverá estar em torno de 10% da umidade ótima obtida no ensaio adotado como de referência para controle tecnológico.

4.5.4. Descida dos tubos nas valas

A descida da tubulação na vala deverá ser preferencialmente executada manualmente ou com auxílio de cordas e vigas de madeira inclinada, de maneira que forme rampas, por onde os tubos deverão ser rolados vagarosamente. Caso utilizado equipamento mecânico, o tubo deverá sempre ser movimentado preso por dois pontos de apoio. O assentamento deverá ser centralizado na vala.

4.5.5. Montagem das juntas

Para realizar a união de duas tubulações, deve-se efetuar a emenda através do perfil adequado a bitola da tubulação, soldados os dois tubos através de argamassa. Para facilitar a montagem dos tubos, poderá o perfil ser acoplado em uma das extremidades do tubo no local onde os tubos são fabricados, ou antes de posicioná-los na vala, e após descida à vala, deverá ser realizada a montagem entre os dois tubos. Na montagem da junta e do perfil, observar o seguinte:

Sempre limpar cuidadosamente as superfícies a serem ligadas (ponta e bolsa), notar que as superfícies de emenda onde será aplicada a argamassa deverão estar isentas de umidade e impurezas;



4.5.6. Envolvimento do tubo (preenchimento da vala)

A tubulação de concreto estruturado é resistente no sistema solo-tubo, desde que o material de envolvimento das tubulações sejam cuidadosamente selecionados e dispostos ao redor do tubo.

Recomenda-se que o material de envolvimento da tubulação possua boa graduação e seja granular. Brita graduada, areia ou outros solos naturais de classificação GW, GP, SW, SP, GM e SM no SUCS (sistema unificado de classificação de solos), são os materiais mais indicados. Aqueles solos muito finos ou de alta plasticidade não são adequados para o envolvimento de tubulações flexíveis.

A natureza, origem e o estado de compactação do material utilizado para envolvimento são os descritos neste memorial, podendo eles serem substituídos desde que sob responsabilidade do responsável técnico pela execução, que deverá registrar em diário de obra a substituição, devendo o solo estar de acordo com o módulo reativo do solo necessário.

O material de envolvimento deverá ser descarregado com a concha de uma retroescavadeira, sempre em quantidades adequadas para realizar convenientemente a compactação em camadas dele, recomenda-se a utilização de escoras de madeira para manter o posicionamento da tubulação e não provocar o deslocamento dos tubos. Não se recomenda descarregar o material de envolvimento da tubulação diretamente da caçamba de um caminhão. Deverá ser uniformizado e distribuído o solo com o uso de enxadas e pás.

O responsável técnico pela obra deverá garantir que o material envolva totalmente o tubo e seja compactado até que alcance adequado grau de compactação. O envolvimento da tubulação deverá ultrapassar a geratriz superior da tubulação, formando uma camada adicional de 30 centímetros.



Em situações que se observe a possibilidade de migração de finos do solo original da vala para o material de envolvimento, deverá ser considerada a utilização de geotêxtil para evitar tal ocorrência.

4.5.7. Compactação do material de envolvimento

No momento da compactação do material de envolvimento, diversas técnicas poderão ser aplicadas, sendo recomendada a compactação com o uso de soquetes manuais ou equipamentos mecânicos (sapos) dependendo do tipo de material de envolvimento. O uso de equipamentos mecânicos deverá ser avaliado pelo responsável técnico pela obra.

A compactação deverá ocorrer simultaneamente nos dois lados da tubulação, de maneira que se evite o deslocamento dela dentro da vala, podendo comprometer as condições especificadas em projeto. No primeiro terço da tubulação, deverá ser observado o completo preenchimento ao redor do tubo, utilizando soquetes manuais para garantir o correto posicionamento e grau de compactação.

Ressalta-se que devem ser utilizadas camadas entre 10 e 20 centímetros de espessura, controlando o grau de compactação alcançado em cada camada, permitindo que em casos que não sejam alcançados os níveis de compactação desejados, o solo seja retirado e reaplicado. Na primeira camada acima da geratriz superior da tubulação, deverá ser procedida a compactação mecânica, somente na região que está compreendida entre o plano vertical tangente à tubulação e a parede da vala.

A região imediatamente acima da tubulação não deverá ser compactada, para evitar a deformação no tubo. Caso haja o escoramento da vala devido a sua profundidade, este deverá ser retirado de maneira progressiva, seguindo as orientações do responsável técnico pela obra.



Para os casos em que são utilizados pó de brita ou areia, recomenda-se que seja aplicado o adensamento hidráulico complementado com a utilização de vibradores de imersão. Para os demais materiais de envolvimento, utilizar soquetes manuais ou equipamentos mecânicos de acordo com as condições e orientações do responsável técnico pela obra.

Nunca lançar o material da envoltória de uma só vez ou em espessura maior do que a recomendada anteriormente. Sempre deverá ser controlado o grau de compactação para verificação de atingimento dos valores de módulo de reação do solo, seguindo a especificação dos fabricantes.

No processo de controle do grau de compactação e verificação do atendimento a especificação dos fabricantes quanto ao módulo de reação do solo, poderão ser utilizados diversos métodos, dos quais: penetrômetro, agulha de Proctor, controle de umidade (speedy test), entre outros.

Após o envolvimento completo da tubulação, o restante da vala deve ser preenchido com o próprio solo de escavação até que seja atingido o nível original do terreno. Na condição de tráfego de veículos no local, o material de reaterro deverá ser compactado em camadas utilizando-se nas primeiras camadas equipamentos leves (soquete manual ou sapo mecânico), de maneira que sejam evitados danos na tubulação, procedendo-se nas camadas posteriores ao uso de equipamentos mais pesados.

4.5.8. Ligação e conexão aos poços de visita

A união das tubulações de ligação das bocas de lobo as galerias ou quaisquer outras interligações existentes em trechos construídos com outros



materiais, como por exemplo redes já existentes de concreto, deverá ser realizada através da execução de um poço de visita.

A conexão da tubulação a poços de visita deverá ser realizada através da fixação da tubulação no poço de visita em concreto ou alvenaria, através do uso de argamassa de cimento e areia. A disposição externa do tubo (forma) favorece a ancoragem da argamassa na superfície externa da tubulação, garantindo a estanqueidade à conexão executada.

4.6. PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

4.6.1. Considerações

Os projetos de sinalização viária apresentados para a SC - 477 (Trevo CRAVIL) foram elaborados de acordo com os padrões da ABNT em suas normativas. Deverá a CONTRATADA fornecer e instalar as sinalizações horizontais, verticais e dispositivos de segurança, bem como pintura da sinalização horizontal da SC - 477 (Trevo CRAVIL) de acordo com os projetos, memoriais e orçamento. Caso sejam necessárias intervenções especiais solicitadas pelo município, deverá ser oferecido um projeto específico para o local.

É de suma e fundamental importância que a CONTRATADA possua conhecimento do escopo e do local da obra para que disponibilize equipes técnicas multidisciplinares durante a consecução dos serviços.

Deverá a CONTRATADA seguir as diretrizes e normas da ABNT, Código de Trânsito Brasileiro, DER e DNIT, considerando sempre a qualidade, segurança, funcionalidade, adequação ao interesse público, economia, facilidade e viabilidade técnica na execução, conservação, manutenção, durabilidade, adaptações para portadores de deficiência física, adotando as normas técnicas de saúde e segurança do trabalho e minimizando os impactos ambientais. Para orientação referente ao padrão de escrita, pictogramas e padrões gerais de cores nas placas, e demais marcações viárias de sinalização horizontal, deverá a CONTRATADA garantir que sejam seguidos os seguintes manuais, em conjunto com o projeto de referência e o respectivo memorial descritivo:

- a) Manual brasileiro de sinalização de trânsito;
- b) Normativas da ABNT;
- c) Projeto de referência e memorial descritivo.



Deverá o serviço atender a todas as exigências do Município de Benedito Novo, de maneira que possua todas as condições necessárias à sua aprovação e aplicação.

Durante a execução dos serviços, deverão ser previstas reuniões com os órgãos municipais responsáveis pelo trânsito da cidade, bem como com todas as concessionárias de serviços públicos sempre que se fizer necessário, com a presença da CONTRATADA e CONTRATANTE.

Os serviços somente poderão ser executados com a prévia autorização da secretaria responsável do Município de Benedito Novo.

4.7. SERVIÇOS PRELIMINARES

Deverá ser previsto escritório de obra, bem como instalações necessárias de forma a atender os colaboradores da obra e o pessoal da CONTRATADA de maneira adequada, conforme contemplado em orçamento, tendo a disposição inclusive o serviço de topografia caso haja necessidade.

4.8. SINALIZAÇÃO DE OBRA – PLACAS E DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA

Conforme especificações, a obra deverá possuir placas de advertência, balizadores e cones, placas de responsabilidade de uso do usuário, entre outras para delimitação do perímetro da obra, com o intuito de minimizar a ocorrências de eventuais conflitos de tráfego no decorrer da execução dos serviços. Cabendo a CONTRATADA fornecê-las em quantidade e tipo necessários para garantir a segurança dos usuários da via enquanto em obras.

4.8.1. Sinalização vertical

4.9. SINALIZAÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO/ADVERTÊNCIA

A principal finalidade da sinalização vertical de regulamentação é transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso de vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito a este tipo de sinalização constitui



uma infração de trânsito, estando prevista no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

4.9.1. Formas e Cores

Como padrão, a forma do sinal de regulamentação é a circular, e as cores vermelha, preta e branca. A exceção a esta regra quanto a forma, são os sinais R-1 “Parada Obrigatória” que possui formato octogonal e o sinal R-2 “Dê a Preferência”, que possui formato triangular.

A utilização das cores nos sinais de regulamentação deve ser feita obedecendo aos critérios e ao padrão *Munsell*.

Cor	Padrão Munsell (PM)	Utilização nos sinais de regulamentação
vermelha	7,5 R 4/14	fundo do sinal R-1; orla e tarja dos sinais de regulamentação em geral.
preta	N 0,5	símbolos e legendas dos sinais de regulamentação.
branca	N 9,5	fundo de sinais de regulamentação; letras do sinal R-1.

Quadro 2 - Padrão Munsell

4.9.2. Características dos sinais de regulamentação

Forma		Cor	
 OBRIGAÇÃO/ RESTRIÇÃO	 PROIBIÇÃO	Fundo	Branca
		Símbolo	Preta
		Tarja	Vermelha
		Orla	Vermelha
		Letras	Preta

Quadro 3 - Características, sinais de regulamentação



4.9.2.1. Característica dos sinais R-1 e R-2

Sinal		Cor	
Forma	Código		
	R-1	Fundo	Vermelha
		Orla interna	Branca
		Orla externa	Vermelha
		Letras	Branca
	R-2	Fundo	Branca
		Orla	Vermelha

Quadro 4 - Características dos sinais

4.9.2.2. Características das informações complementares

Cor	
Fundo	Branca
Orla interna (opcional)	Vermelha
Orla externa	Branca
Tarja	Vermelha
Legenda	Preta

Quadro 5 - Características, informações complementares

4.9.3. Dimensões mínimas

Deverão ser sempre observadas as dimensões mínimas estabelecidas em normativa para correta aplicação das sinalizações, respeitando no mínimo o preconizado em norma, no projeto e no memorial que o acompanha.

4.9.3.1. Dimensões mínimas – sinalização de formato circular



Via	Diâmetro mínimo (m)	Tarja mínima (m)	Orla mínima (m)
Urbana	0,40	0,040	0,040
Rural (estrada)	0,50	0,050	0,050
Rural (rodovia)	0,75	0,075	0,075
Áreas protegidas por legislação especial(*)	0,30	0,030	0,030

Quadro 6 - Dimensões mínimas

(*) Relativo aos locais com patrimônio histórico, artístico, cultural, arquitetônico, arqueológico e natural.

4.9.3.2. Dimensões mínimas – sinalização de formato octogonal R-1

Via	Lado mínimo (m)	Orla interna branca mínima (m)	Orla externa vermelha mínima (m)
Urbana	0,25	0,020	0,010
Rural (estrada)	0,35	0,028	0,014
Rural (rodovia)	0,40	0,032	0,016
Áreas protegidas por legislação especial(*)	0,18	0,015	0,008

Quadro 7 - Dimensões mínimas - sinalização R-1

(*) Relativo aos locais com patrimônio histórico, artístico, cultural, arquitetônico, arqueológico e natural.

4.9.3.3. Dimensões mínimas – sinalização triangular – R-2

Via	Lado mínimo (m)	Orla mínima (m)
Urbana	0,75	0,10
Rural (estrada)	0,75	0,10
Rural (rodovia)	0,90	0,15
Áreas protegidas por legislação especial(*)	0,40	0,06

Quadro 8 - Dimensões mínimas, sinalização R-2



(*) Relativo aos locais com patrimônio histórico, artístico, cultural, arquitetônico, arqueológico e natural.

4.9.4. Dimensões recomendadas

A seguir apresentam-se as dimensões recomendadas para os sinais em função da via, podendo ser alterados pela CONTRATADA ou FISCALIZAÇÃO desde que apresentados os respectivos estudos de engenharia que justifiquem de maneira técnica a substituição, respeitadas as dimensões mínimas estabelecidas. Adotou-se para os sinais circulares o diâmetro de 60 centímetros.

4.9.4.1. Dimensões recomendadas – sinais em formato circular

Via	Diâmetro (m)	Tarja (m)	Orla (m)
Urbana (de trânsito rápido)	0,75	0,075	0,075
Urbana (demais vias)	0,50	0,050	0,050
Rural (estrada)	0,75	0,075	0,075
Rural (rodovia)	1,00	0,100	0,100

Quadro 9 - Dimensões recomendadas para sinais em formato circular

4.9.4.2. Dimensões recomendadas – sinais em forma octogonal – R-1

Via	Lado (m)	Orla interna branca (m)	Orla externa vermelha (m)
Urbana	0,35	0,028	0,014
Rural (estrada)	0,35	0,028	0,014
Rural (rodovia)	0,50	0,040	0,020

Quadro 10 - Dimensões recomendadas para sinais em formato octogonal



4.9.4.3. Dimensões recomendadas – sinais em formato triangular – R-2

Via	Lado (m)	Tarja (m)
Urbana	0,90	0,15
Rural (estrada)	0,90	0,15
Rural (rodovia)	1,00	0,20

Quadro 11 - Dimensões recomendadas para sinais em formato triangular

Conforme supracitado, deverão sempre ser respeitadas as dimensões mínimas das sinalizações, no entanto, recomenda-se que seja aplicada na via a sinalização nas dimensões de recomendação, pois, conforme observado na atual configuração existente da sinalização, as sinalizações com dimensões inferiores as recomendadas normalmente não surtem os efeitos desejados.

4.9.5. Características principais dos sinais de advertência

Forma	Cor	
	Fundo	Amarela
	Símbolo	Preta
	Orla interna	Preta
	Orla externa	Amarela
	Legenda	Preta

Quadro 12 - Características das sinalizações de advertência

4.9.5.1. Formas e Cores

Deverá ser adotada a forma característica padrão das placas de sinalização de advertência conforme especificado. Deve-se também adotar os padrões de cores Munsell especificados.



Cor	Padrão Munsell	Utilização nos Sinais de Advertência
Amarela	10YR 7,5/14	fundo e orla externa dos sinais de advertência; foco semafórico do símbolo do sinal A-14.
Preta	N 0,5	símbolos, tarjas, orlas internas e legendas dos sinais de advertência.
Verde	10 G 3/8	foco semafórico do símbolo do sinal A-14.
Vermelha	7,5 R 4/14	foco semafórico do símbolo do sinal A-14.

Quadro 13 - Padrões de cores p/ placas de advertência

Via	Lado mínimo (m)	Orla externa mínima (m)	Orla interna mínima (m)
Urbana	0,450	0,009	0,018
Rural (estrada)	0,500	0,010	0,020
Rural (rodovia)	0,600	0,012	0,024
Áreas protegidas por legislação especial(*)	0,300	0,006	0,012

Quadro 14 - Dimensões recomendadas - sinalização de forma quadrada

4.10. PADRÕES PARA SINALIZAÇÃO VERTICAL

4.10.1. Padrões Alfanuméricos

As sinalizações que apresentarem mensagens complementares dos sinais de regulamentação, **em áreas urbanas**, devem utilizar das fontes de alfabetos e números do tipo *Helvética Medium*, *Arial*, *Standard Alphabets For Highway Signs and Pavement Marking* ou similar. **Em áreas rurais** devem ser utilizadas as fontes de alfabetos e número do tipo *Standard Alphabets for Highway Signs and Pavement Marking*, series "D" ou "E (M)".



4.10.2. Retrorrefletividade e Iluminação

A sinalização de regulamentação poderá ser aplicada em placas pintadas, retrorrefletivas, luminosas (dotadas de iluminação interna) ou iluminadas (dotadas de iluminação externa frontal).

Em rodovias ou vias de trânsito rápido não dotadas de iluminação pública, deverão as placas de sinalização serem retrorrefletivas, luminosas ou iluminadas.

Em vias urbanas, recomenda-se que as placas de “Parada Obrigatória” (R-1), “Dê a Preferência” (R-2) e de “Velocidade Máxima” (R-19), sejam no mínimo, retrorrefletivas. Todas as placas de sinalização, sejam elas retrorrefletivas, luminosas ou iluminadas deverão apresentar o mesmo formato, dimensão e cores nos períodos diurnos e noturnos.

4.10.3. Materiais das placas

Os materiais mais adequados para serem utilizados como substratos para a confecção das placas de sinalização são o aço, alumínio ou plástico reforçado, sendo recomendada sua confecção em aço ou alumínio, devido a sua resistência, tanto mecânica quanto as intempéries.

Para confecção dos sinais, devem ser utilizadas as tintas e películas. Deve-se utilizar as tintas do tipo esmalte sintético, fosco ou semifosco, podendo também ser utilizada a pintura eletrostática.

Poderão ser aplicadas as seguintes películas:

- a) Plásticas não retrorrefletivas;
- b) Retrorrefletivas;
 - a. De esferas inclusas;
 - b. De esferas encapsuladas;
 - c. De lentes prismáticas.



A definição quanto a película utilizada nas placas retrorrefletivas deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA, de maneira que ofereça a qualidade esperada dos serviços ou, de acordo com as indicações da FISCALIZAÇÃO. Poderão ser utilizados outros materiais que venham a surgir do desenvolvimento tecnológico, no entanto, estes devem possuir propriedades físicas e químicas que garantam as características essenciais, durante toda a sua vida útil e em quaisquer condições climáticas, inclusive após execução dos procedimentos de manutenção. Foi adotado como material as películas de lentes prismáticas, conferindo melhor visualização.

A fim de não comprometer a segurança da via, não poderão ser utilizadas tintas brilhantes ou películas retrorrefletivas do tipo “esferas expostas”. O verso da placará **deverá** ser na cor preta, fosca ou semifosca.

4.10.4. Suporte das placas (advertência/regulamentação)

Os suportes onde serão instaladas as placas de sinalização **deverão** ser dimensionados e fixados de maneira que suportem as cargas próprias das placas e os esforços, principalmente devidos ao vento, garantindo seu correto posicionamento mesmo em situações adversas.

Deve-se prover a fixação de maneira a garantir que estejam rigidamente fixadas as placas em sua posição permanente e apropriada, evitando que sejam giradas ou deslocadas.

Para a fixação da placa de sinalização ao suporte **deverá** ser utilizado elementos fixadores adequados a situação, de maneira que impeça a soltura ou deslocamento dela.

Os materiais mais utilizados para confecção dos suportes são aço e madeira imunizada, sendo recomendada a utilização de suportes de aço. Outros materiais existentes ou surgidos a partir de desenvolvimento tecnológico poderão ser utilizados, desde que possuam as propriedades adequadas ao fim que se destinam, garantindo assim que a vida útil do elemento não seja afetada.



Os suportes a serem aplicados de acordo com o projeto são os de coluna simples, conforme indicação.

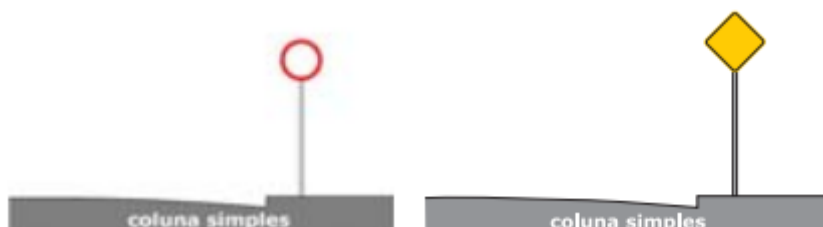


Figura 6 - Suporte de coluna simples, placa de regulamentação/advertência

Em determinados casos e locais, as placas poderão ser fixadas em suportes existentes utilizados para outras finalidades, como por exemplo, postes de iluminação, colunas ou braços de sustentação de semáforos.

Os suportes devem obrigatoriamente possuir cores neutras e formas que não interfiram na interpretação da sinalização. Não devem constituir obstáculos para pedestres e veículos.

4.10.4.1. Manutenção dos suportes

As placas de sinalização sem conservação ou com conservação precária prejudicam a segurança no trânsito das vias, pois perdem sua eficácia como dispositivos de controle. Este fato acaba dificultando a ação de fiscalização do órgão ou entidade executiva de trânsito.

As placas sempre deverão ser mantidas nas posições adequadas e limpas, para garantir que estão legíveis e vistosas. Deverão ser tomados cuidados para assegurar que a vegetação, mobiliário urbano, placas publicitárias e materiais de construção não prejudiquem a visualização da sinalização, mesmo que temporariamente.



4.10.5. Posicionamento das placas na via

Em regra geral, o posicionamento das placas de sinalização consiste em instalá-las no lado direito da via no sentido do fluxo de tráfego, que devem regulamentar ou advertir, exceto em casos especiais definidos no Código de Trânsito Brasileiro.

As placas de sinalização devem ser colocadas na posição vertical, de maneira a fazer um ângulo de 93° a 95° em relação ao sentido do fluxo de tráfego, voltadas para o lado externo da via. A inclinação descrita acima tem como objetivo assegurar a boa visibilidade e leitura dos sinais, evitando o reflexo especular que poderá vir a ocorrer com a incidências dos faróis de veículos ou incidência de raios solares.

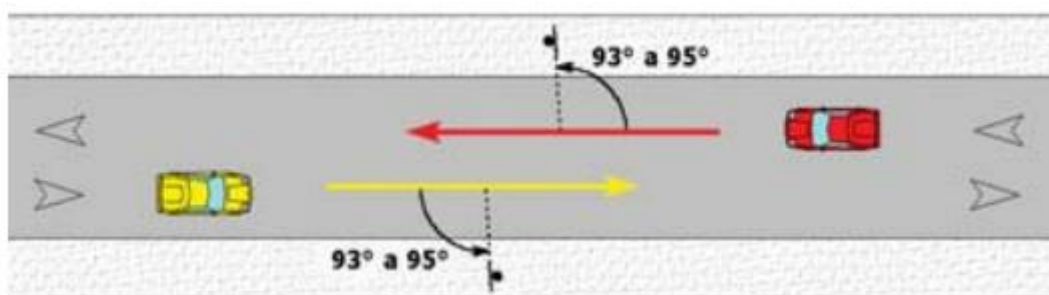


Figura 7 - Exemplo de posicionamento das placas

Em vias urbanas, a borda inferior da placa ou do conjunto de placas colocada lateralmente à via deverá ficar a uma altura livre entre 2,0 e 2,5 metros em relação ao solo, inclusive para a mensagem complementar se for o caso. As placas assim colocadas se beneficiam da iluminação pública existente na via e provocam menor impacto na circulação dos pedestres, deixando livre também do encobrimento causado pelos veículos.

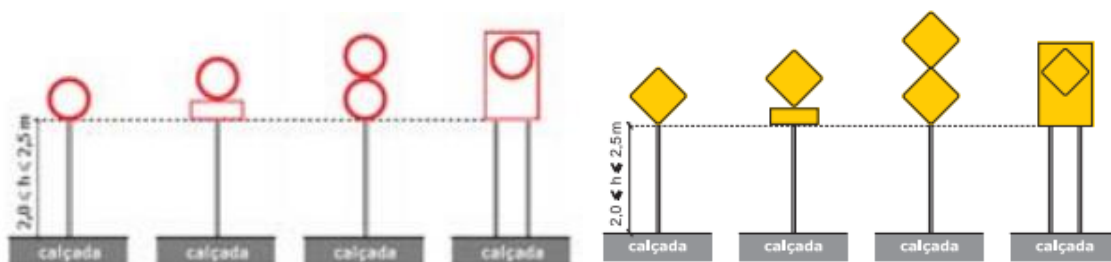


Figura 8 - Exemplo posicionamento das placas (advertência/regulamentação)

O afastamento lateral das placas medido entre a borda lateral e a pista deve ser de no mínimo 0,30m para trechos retos da via e 0,40m para trechos em curva.

As placas de sinalização vertical deverão sempre seguir os padrões e especificações estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, independente do fabricante, marca, modelo e tipo, cabendo a CONTRATADA garantir

4.10.6. Sinalização horizontal

A finalidade principal da sinalização horizontal é organizar e controlar o fluxo de veículos e pedestres, sendo composta por linhas e faixas, que podem ser longitudinais e transversais, de canalização, setas, símbolos e legendas escritas no pavimento.

A sinalização horizontal tem a propriedade de transmitir mensagens aos condutores e pedestres, de maneira que possibilite sua percepção e entendimento, sem que tire a sua atenção do leito da via.

Em face do seu forte poder de comunicação, a sinalização deverá ser reconhecida e compreendida por todos os usuários da via, independentemente de sua origem ou frequência com a qual utiliza a via.

A sinalização horizontal transmite mensagens aos condutores e pedestres e a sua importância é devida ao melhor aproveitamento do espaço viário disponível, de maneira que aumente a segurança em situações e condições adversas, tais como neblina, chuva e noite, contribuindo para a redução de acidentes.



A sinalização horizontal por sua vez apresenta suas limitações, como por exemplo a durabilidade quando sujeita a tráfego intenso, e a visibilidade deficiente quando sob neblina, pavimento molhado e sujeira. Para a correta aplicação da sinalização em pavimentos asfálticos, deverá ser respeitado o período de cura do revestimento.

4.11. DEMARCAÇÃO DO PAVIMENTO COM TINTA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM 0,6MM DE ESPESSURA ÚMIDA

Neste tópico estão fixadas as condições básicas exigíveis para a execução dos serviços de demarcação dos pavimentos em vias urbanas com tinta à base de resina acrílica retrorrefletorizada.

Deverá a tinta a ser aplicada na demarcação viária, ser especificada para uso em superfície betuminosa. A tinta deverá ser aplicada pelo processo de aspersão pneumática, através de equipamento automático ou manual, conforme o tipo de pintura a ser executada.

Após a abertura do recipiente, a tinta não deverá apresentar sedimentos, natas e/ou grumos, que não possam ser facilmente dispersos por agitação, mistura e/ou ação manual. A tinta deverá apresentar características antiderrapantes, não podendo apresentar coágulos, natas, costas ou separação de cor, devendo estar apta a ser aplicada nas seguintes condições:

- a) Temperatura ambiente, de 10° a 40°C;
- b) Umidade relativa do ar até no máximo 90%;
- c) Suportar temperatura de até 80°C.

A tinta deverá estar em condições de ser aplicadas por maquinário apropriado e estar na viscosidade especificada. No caso de aplicar as microesferas de vidro tipo I-B, poderá ser adicionado no máximo 5% de solvente em volume a ser utilizado devendo ser apropriado para a tinta especificada e utilizada, de preferência do mesmo fabricante.



Quando aplicada a tinta em quantidade especificada, ela deverá cobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação ao tráfego no período máximo de 30 minutos. Após aplicação e secagem física total, deverá apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro bem como ao pavimento, produzindo uma película seca e fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar trincamentos, fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.

Quando aplicada a tinta sobre superfície betuminosa, não deverá apresentar “sangria”, nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento. As microesferas de vidro deverão seguir a proporção de aplicação conforme especificado abaixo:

- a) Tipo I-B: de 200 gramas a 250 gramas para cada litro de tinta;
- b) Tipo II A/B: 250 gramas de microesferas de vidro para cada m² de tinta aplicada;

A tinta deverá ser embalada em recipiente cilíndrico, metálico, estando devidamente lacrado. O lacre deverá apresentar o número do laudo laboratorial de ensaio do material e ser conferido e retirado pelo responsável técnico da obra ou pela FISCALIZAÇÃO.

As embalagens das tintas utilizadas deverão possuir em seu corpo, de maneira legível e clara, as seguintes informações:

- a) Nome do produto;
- b) Coloração da tinta (de acordo com o padrão Munsell);
- c) Referência quanto a natureza química da resina;
- d) Data de fabricação;
- e) Prazo de validade;
- f) Número do lote;
- g) Nome do fabricante;
- h) Quantidade do recipiente, em litros.



4.11.1. Limpeza do Pavimento e Aplicação da Tinta

A CONTRATADA deverá apresentar a aparelhagem necessária e adequada para limpeza e secagem da superfície a ser demarcada, como por exemplo: escovas, vassouras, jatos de ar comprimido, entre outros equipamentos necessários. Quando os processos de limpeza não forem suficientes para remoção de todo o material estranho, deverão as superfícies ser escovadas com a solução de fosfato trisódico ou similar, desde que não comprometam e reajam com a composição do pavimento betuminoso. O processo de lavagem com fosfato trisódico deverá obrigatoriamente ser executado e lavado 24 (vinte e quatro) horas ANTES do início da demarcação, ou quando determinado pela FISCALIZAÇÃO.

A espessura da tinta após aplicação, quando ainda estado úmido, deverá ser de no mínimo 0,6mm, e a espessura após secagem deverá ser no mínimo de 0,4mm, quando medida sem adição de microesferas tipo II A/B.

Quando a superfície a ser sinalizada/demarcada não apresentar marcas de guia, deverá ser feita a pré-marcação anteriormente a aplicação da tinta na via, na mesma cor da pintura definitiva, rigorosamente de acordo com as cotas, dimensões e locais fornecidos em projeto.

O material após aplicação deverá apresentar bordas bem definidas, sem salpicos ou manchas, não sendo admitidas diferenças de tonalidade em uma mesma faixa ou em faixas paralelas da pintura.

A distribuição de microesferas de vidro deverá ser realizada de maneira uniforme, não sendo admissível o seu acúmulo em determinadas áreas pintadas. Na pintura realizada mecanicamente deverá ser usada a distribuição por aspersão, e na aplicação manual um aplicador próprio para realização do serviço, sendo aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

A tolerância com relação à extensão e a largura de cada faixa será de no máximo 5%. Tal excesso de aplicação não será levado em conta para



pagamento, bem como não serão aceitas larguras inferiores as indicadas em projeto.

Quando executadas marcações retas, não serão aceitos desvios de borda excedendo 0,01 milímetro em 10 metros, sendo superior e prejudicando a visibilidade e funcionalidade das faixas retas, deverá ser corrigida a aplicação. Após a aplicação da tinta, deve-se prover a proteção da camada recém aplicada de todo e qualquer tráfego de veículos e pedestres, durante no mínimo, o tempo de secagem de 30 minutos. A retrorrefletorização mínima a ser apresentada inicialmente deverá ser de 150 mcd/Lux m².

A aplicação do material deverá ser executada preferencialmente durante o período noturno, inclusive se necessário aos sábados, domingos e feriados, salvo orientação contrária da FISCALIZAÇÃO, obedecendo rigorosamente aos cronogramas.

No caso de ser observada qualquer anormalidade pela CONTRATADA com relação a geometria do local ou qualidade do pavimento, deverá ser comunicada a FISCALIZAÇÃO imediatamente para tomada de decisão quanto as medidas necessárias.

Caso a execução do serviço não seja possível devido a condições climáticas, como chuva, vento em demasia, obras próximas ao local ou qualquer outro fato que impeça a correta consecução dos serviços, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a FISCALIZAÇÃO sobre os fatos que a impediram de prosseguir a execução do serviço, bem como registrá-los em diário de obra apropriado.

Todos os serviços de execução de sinalização horizontal somente poderão ser iniciados após a instalação de todos os elementos para uma sinalização de segurança adequada (cones, cavaletes, dispositivos refletivos e piscantes, entre outros), devidamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO.



4.11.2. Forma da sinalização horizontal

A sinalização horizontal é classificada como contínua, correspondendo as linhas sem interrupções, aplicadas em trechos específicos de pista. Tracejada ou seccionada, que corresponde as linhas interrompidas, aplicadas em cadência, utilizando espaçamentos com extensão igual ou maior do que o traço.

Quando utilizadas as setas, símbolos e legendas, é que correspondem as informações representadas em forma de desenhos ou inscritas, aplicadas diretamente no pavimento, indicando uma situação ou em forma de complementação da sinalização vertical existente.

4.11.3. Cores

A utilização das cores deverá ser feita de maneira que obedeça aos critérios estabelecidos abaixo, além de atender ao padrão *Munsell* ou outro que venha a substituir, sempre respeitando o Código de Trânsito Brasileiro e as normas da ABNT.

COR	TONALIDADE
AMARELA	10 YR 7,5/14
BRANCA	N 9,5
VERMELHA	7,5 R ¼
AZUL	5 PB 2/8
PRETA	N 0,5

Quadro 15 – Especificações

A cor amarela é utilizada para separar movimentos veiculares de fluxos opostos, regulamentar a ultrapassagem (quando for o caso) e o deslocamento lateral, delimitar espaços proibidos para estacionamento e/ou parada e para demarcar obstáculos transversais a via, como por exemplo, lombadas.

A cor branca por sua vez é utilizada para separar movimentos veiculares de mesmo sentido, delimitar áreas de circulação, delimitar trechos de pistas, destinados ao estacionamento regulamentado de veículos em condições especiais, regulamentar faixas de travessias de pedestres, regulamentas linha



de transposição e ultrapassagem, demarcar linha de retenção e linha de “dê a preferência”, sendo utilizada também para inscrever setas, símbolos e legendas.

As marcas longitudinais estão destinadas a separarem e ordenarem as correntes de tráfego, definindo a parte da pista destinada à circulação de veículos, a sua divisão em faixas do mesmo sentido, a divisão de fluxos opostos, as faixas de uso exclusivo ou preferencial de espécie de veículo, faixas reversíveis, além de estabelecer regras de ultrapassagem e transposição.

As marcas longitudinais na cor amarela, contínua simples ou duplas, têm poder de regulamentação, separam os movimentos veiculares de fluxos opostos e regulamentam a proibição de ultrapassagem e os deslocamentos laterais, exceto para acesso a imóvel lindeiro.

As marcas longitudinais brancas contínuas são utilizadas para delimitar a pista (linha de bordo) e para separar faixas de trânsito de fluxos de mesmo sentido. Neste caso, possuem poder de regulamentação de proibição de ultrapassagem e transposição.

A marcas longitudinais na cor branca, seccionadas ou tracejadas, não tem poder de regulamentação, apenas ordem os movimentos veiculares de mesmo sentido.

4.11.4. Dimensões

As larguras das linhas longitudinais deverão ser definidas pela sua função e pelas características físicas e operacionais da via. As linhas tracejadas e seccionadas são dimensionadas em função do tipo de linha e/ou da velocidade regulamentada para a via em questão.

A largura das linhas transversais e o dimensionamento dos símbolos e legendas são definidos em função das características físicas da via, do tipo de linha e/ou da velocidade regulamentada para a via, pois há necessidade de haver

uma compensação ótica para corrigir as deformações visuais que ocorrem com a velocidade.

4.11.5. Tipos de linhas, símbolos e marcas de canalização (transversais e longitudinais)

De acordo com a sua função, as marcas longitudinais são subdivididas nos seguintes tipos:

- a) **Linha de bordo (LBO):** delimita através de linha contínua a parte da pista destinada ao rolamento de veículos, delimitando lateralmente a pista;
- b) **Linha simples seccionada (LFO-2):** divide fluxos opostos de circulação, delimitando o espaço disponível para cada sentido e indicando os trechos em que a ultrapassagem e os deslocamentos laterais são permitidos;
- c) **Linha dupla contínua (LFO-3):** divide fluxos opostos de circulação, delimitando o espaço disponível para cada sentido e regulamentando os trechos em que a ultrapassagem e os deslocamentos laterais são proibidos para os dois sentidos, exceto para acesso a imóvel lindeiro.
- d) **Linha de continuidade (LCO):** dá continuidade visual às marcações longitudinais principalmente quando há quebra no alinhamento em trechos longos ou em curvas.
- e) **Setas indicativas de posicionamento na pista para execução de movimentos (PEM):** Indica em que faixa de trânsito o veículo deve se posicionar, para efetuar o movimento desejado, de maneira adequada e sem conflitos com o movimento dos demais veículos;



4.11.5.1. Linha de bordo (LBO)

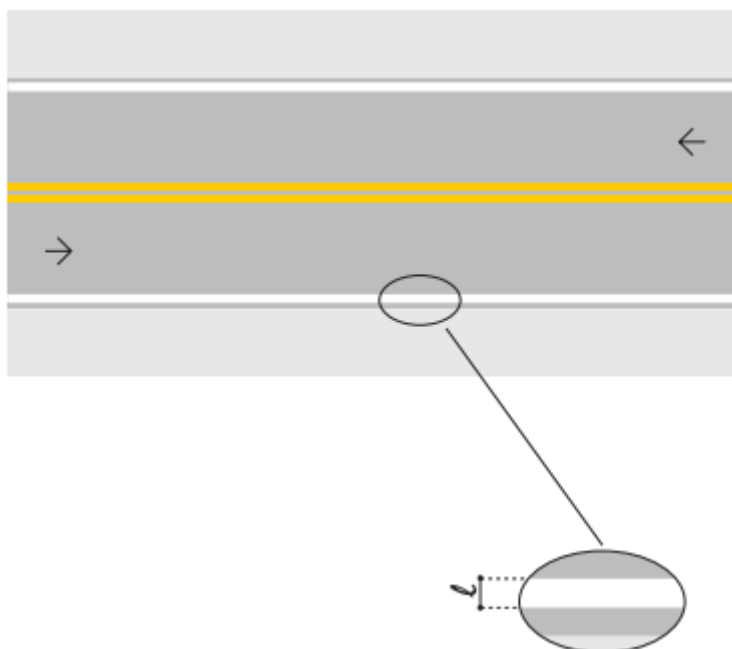


Figura 9 - Linha de bordo (LBO)

A LBO deverá ser executada na cor branca com espessura de 0,1 m.

VELOCIDADE – v (km/h)	LARGURA DA LINHA – l (m)
v < 80	0,10
v ≥ 80	0,15

Quadro 16 - Largura da linha (LBO)



4.11.5.2. Linha simples seccionada (LFO-2)

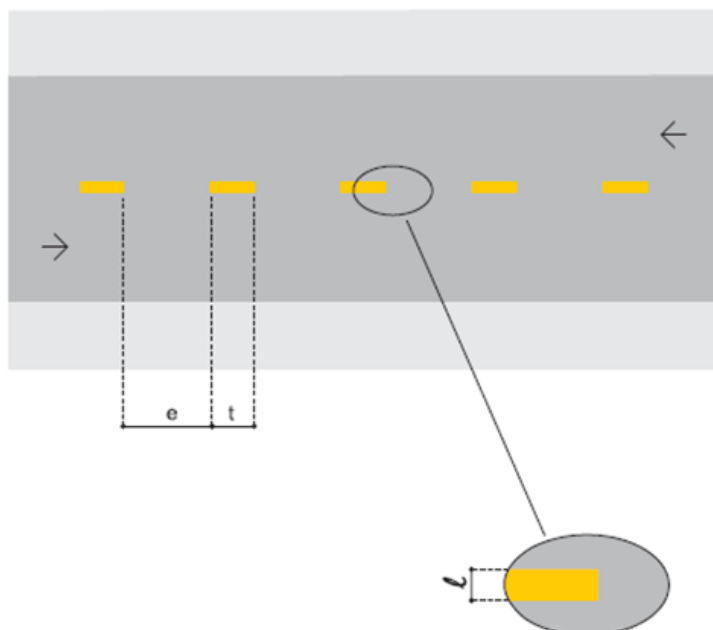


Figura 10 - Linha simples seccionada (LMS-2)

A LFO-2 deverá ser executada na cor amarela, e suas medidas de traço e espaçamento, definidas em função na velocidade regulamentada na via, conforme quadro a seguir. Em vermelho, destaca-se o dimensionamento adotado para o projeto:

VELOCIDADE v (km/h)	LARGURA DA LINHA - ℓ (m)	CADÊNCIA $t : e$	TRAÇO t (m)	ESPAÇAMENTO e (m)
$v < 60$	0,10*	1 : 2*	1*	2*
	0,10	1 : 2	2	4
$60 \leq v < 80$	0,10**	1 : 3	2	6
		1 : 2	3	6
		1 : 2	4	8
		1 : 3	2	6
$v \geq 80$	0,15	1 : 3	3	9
		1 : 3	4	12

Quadro 17 - Largura da linha (LFO-2)

*Situações restritas às ciclovias.



4.11.5.3. Linha dupla contínua (LFO-3)

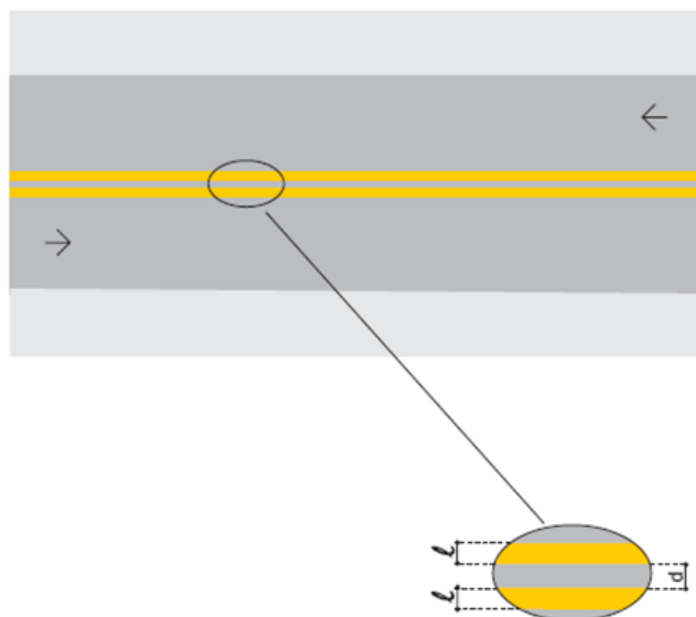


Figura 11 - Linha dupla contínua (LFO-3)

A LFO-3 deverá ser executada na cor amarela, e sua largura varia de acordo com o quadro a seguir. Em vermelho, destaca-se o dimensionamento adotado para o projeto:

VELOCIDADE – v (km/h)	LARGURA DA LINHA – l (m)
v < 80	0,10
v ≥ 80	0,15

Quadro 18 - Largura mínima da LFO-3

Foram especificadas em projeto a utilização de tachões retrorrefletivos bidirecionais amarelos para aumento da visualização da LFO-3.

4.11.5.4. Setas indicativas de posicionamento na pista para a execução de movimentos (PEM)

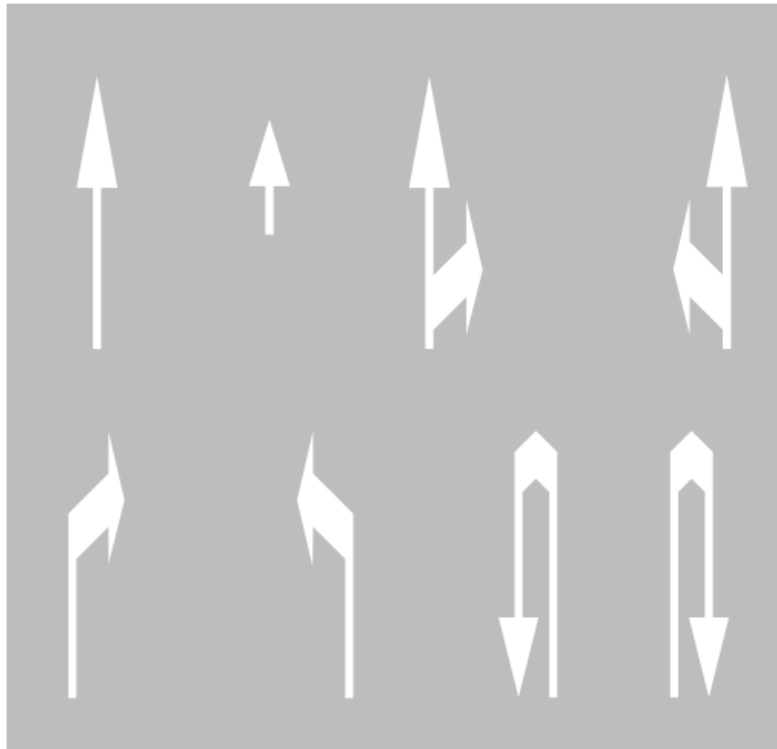
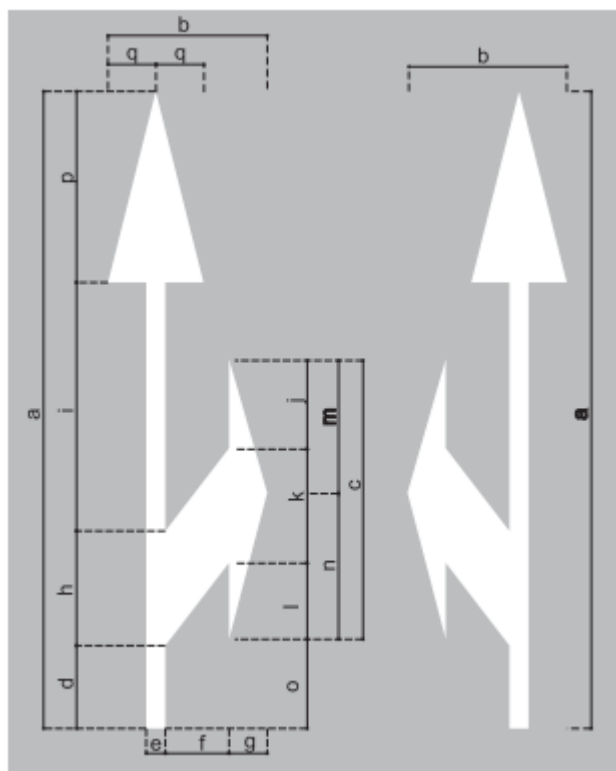


Figura 12 - Modelos de setas de posicionamento na pista (PEM)

As dimensões deverão respeitar cada tipo de seta a ser aplicada, conforme abaixo.



DIMENSÕES (m)																
a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q
5,00	1,25	2,20	0,65	0,15	0,50	0,30	0,90	1,95	0,70	0,90	0,60	1,05	1,15	0,70	1,50	0,38
7,50	1,25	3,30	0,98	0,15	0,50	0,30	1,35	2,92	1,05	1,35	0,90	1,58	1,72	1,05	2,25	0,38

Quadro 19 - Dimensões referente ao tipo de seta

4.11.6. Dispositivos auxiliares

Os dispositivos auxiliares são elementos aplicados na via ou nos obstáculos próximos, que não possuem função de regulamentar a circulação nas vias, mas que visam proporcionar maior segurança, alertando o condutor quanto aos limites do espaço destinado ao rolamento, geralmente possuindo unidades retrorrefletivas que destacam a geometria da via, as faixas de rolamento ou a existência de obstáculos em situações de deficiência de visibilidade por



condições de falta de iluminação ou sob condições atmosféricas adversas. As formas, cores, dimensões e símbolos dos dispositivos auxiliares devem respeitar os dispostos no Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Cada dispositivo apresenta um conjunto de formas, cores e características de retrorrefletividade, conforme apresentado nos itens a seguir que devem atender às normas dos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito ou normas internacionais consagradas, devendo atender no mínimo, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

4.11.6.1. Tachão

O Tachão delimita ao condutor a utilização do espaço destinado à circulação, inibindo a transposição de faixa de trânsito ou a invasão de marca de canalização, devendo sempre estar associado a uma marca viária.

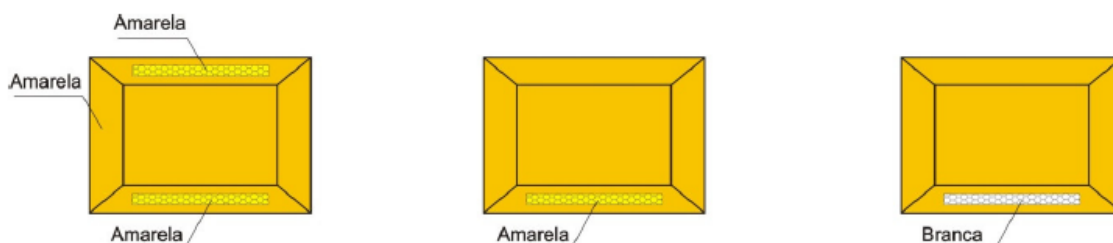


Figura 13 - Tachões

Os tachões com elementos retrorrefletivo deverão apresentar as seguintes especificações geométrica estabelecidas pelo MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO do CONTRAN:

- H (altura) = 4,7 cm $\pm$ 0,3cm;
- L1 (face que contém o elemento retrorrefletivo) = 25,0 cm $\pm$ 0,5cm;
- L2 = 15,0 cm $\pm$ 0,5cm;
- Elemento retrorrefletivo = mínimo 10,0cm x 1,5cm;



Esse dispositivo auxiliar deve ser utilizado quando se deseja manter o condutor circulando no espaço destinado ao rolamento, impossibilitando a mudança de faixa, a transposição de minirrotatórias e a invasão de marca de canalização.

O tachão deve ser instalado ao lado da sinalização horizontal, apresentando o elemento retrorrefletido mono ou bidirecional no sentido perpendicular ao fluxo e dimensionado através do quadro a seguir:

Marca Viária	Espaçamento (d)	Afastamento Lateral
Linha branca contínua de divisão de fluxos de mesmo sentido	A cada 4,0m	Sobre a linha de canalização
Linha amarela contínua de divisão de fluxos opostos	A cada 4,0m	Sobre o eixo da sinalização
Marca de canalização ao lado de fluxo veicular	A cada 4,0m	$\leq 0,10\text{m}$ da linha de canalização
Marca de canalização de fluxos divergentes ou convergentes	No mínimo entre linhas internas do zebado	$\leq 0,10\text{m}$ da linha de canalização ou do zebado
Minirrotatória	A cada 0,25m	$\leq 0,10\text{m}$ da linha de canalização

Quadro 20 - Espaçamento entre Tachas

4.11.6.1.1. Colocação

Os tachões deverão ser fixados no pavimento através de pinos de fixação, com proteção contra oxidação. Após a furação do pavimento asfáltico, deve-se proceder a limpeza do furo para fixação dos pinos e limpeza do espaço destinado ao dispositivo, o furo deve ser totalmente preenchido com cola, com consumo médio de 200g por Tachão.

Em seguida, espalha-se a cola sobre o pavimento no local de aplicação do corpo do dispositivo.



O adesivo deve preencher totalmente as cavidades e ranhuras existentes na parte inferior do dispositivo. Após a colocação do dispositivo, deve-se firmá-lo no chão, pressionando-o contra o pavimento, para obter aderência uniforme de todo o corpo do dispositivo. Não se admitirá trechos do corpo do dispositivo em balanço. Quando a superfície do pavimento for irregular, a cola deve ser o nivelador das irregularidades.

Para evitar que a cola cubra os elementos refletivos, estes devem ser cobertos com fita adesiva até a secagem final da cola. Os excessos de cola devem ser removidos. Os coeficientes mínimos de intensidade luminosa (R_i) obtidos pela razão entre a intensidade luminosa do retrorrefletor na direção de observação, pela luminância do retrorrefletor num plano perpendicular à direção da luz incidente, deve satisfazer aos valores indicados na NBR 14636.

Os Tachões devem obedecer ao que diz a NBR 14636 (Sinalização Horizontal Viária - Tachas Refletivas Viárias - Requisitos), quanto aos valores de carga de compressão dos dispositivos, nem devem permitir a penetração de água no elemento refletivo.



4.11.7. Requisitos Quantitativos

	Mínimo	Máximo	Método de Ensaio
Viscosidade (sem esferas) unidades Krebs	80	95	ABNT NBR 15438
Estabilidade: alteração da viscosidade, unidades Krebs	-	5	ABNT NBR 5830
Matéria não volátil, % em massa	62,8	-	ABNT NBR 15438
Pigmento, % em massa	40	50	ABNT NBR 15438
Tinta amarela: PbCrO ₄ , % em massa no pigmento	22	-	ABNT NBR 15438
Tinta branca: TiO ₂ , % em massa no pigmento	25	-	ABNT NBR 15438
	Mínimo	Máximo	Método de Ensaio
Veículo não volátil, % em massa no veículo	38	-	ABNT NBR 15438
Tempo de secagem, espessura úmida 0,6mm no mínimo	-	20	ABNT NBR 15438
Ensaio de abrasão, óxido de alumínio branco (massa específica 3,90 – 3,97kg/L), referente a película seca 0,3mm	80	-	ABNT NBR 15438
Massa específica, g/cm ³	1,30	1,45	ABNT NBR 15438
Brilho a 60°	-	20	ABNT NBR 15438



4.11.8. Requisitos Qualitativos

Cor (Munsell), tinta branca	N 9,5 (com tolerância N 9,0)
Tinta amarela	10 YR 7,5/14 om tolerância 10 YR 6,5/14 e 8,5 YR 7,5/14
Flexibilidade (ABNT NBR 15438)	Inalterada (não deverá apresentar fissuras ou deslocamentos)
Sangramento (ABNT NBR 15438)	Ausência (não deverá apresentar alteração da cor)
Resistência à água (ABNT NBR 15438)	Inalterada (não deverá amolecer, empolar ou apresentar outra evidência de deterioração)
Ensaio de intemperismo, 400 horas	Poderá apresentar leve alteração (tolera-se leve amarelecimento ou leve escurecimento)
Cor	Deverá ser inalterada (não poderá apresentar bolhas, fissuras, pulverulência ou qualquer outra evidência de alteração da integridade da película)
Integridade	O espectograma de absorção de radiações infravermelhas deverá apresentar bandas características predominantes de resinas acrílicas e estireno
Identificação do veículo não volátil (espectrômetro infravermelho)	Ausência
Breu e derivados (ABNT NBR 5844)	Ausência

A fim de garantir a qualidade dos serviços executados pela CONTRATADA, poderão ser exigidos os certificados de análise com a respectiva aprovação dos materiais a serem aplicados, como tintas, microesferas de vidro, entre outros, emitidos por laboratórios credenciados para tal finalidade. Somente após apresentação dos laudos dos materiais a CONTRATADA poderá iniciar os serviços de aplicação, e independentemente dos laudos, a FISCALIZAÇÃO poderá coletar, a qualquer momento, amostras para análise de suas características.

O material poderá ser coletado pela FISCALIZAÇÃO durante a aplicação dele na obra, com chapas de folha de flandres, em intervalos determinados junto à saída do equipamento de aplicação. As medidas deverão ser realizadas sem a adição de microesferas de vidro tipo II A/B. Deverá ser realizada a retirada de



amostras para verificação da espessura da película aplicada, desconsiderando-se sempre os 5% iniciais e finais da carga.

A FISCALIZAÇÃO munida de um medidor de espessura úmida poderá parar a obra ou exigir que refaça a pintura, caso não estejam atendendo as especificações de projeto ou norma, ou ainda não apresentando a qualidade esperada.

Sempre que realizadas as coletas, deverão ser no mínimo 5 (cinco) medidas de cada amostra, devendo o resultado ser expresso pela média das medidas coletadas.

4.11.8.1. Refletorização

Para que seja possível medir os parâmetros de refletorização, deverá ser colhido o material aplicado em chapas de folha de flandres, com as microesferas incorporadas, medindo a característica de refletorização através do uso de aparelhagem adequada.

No mínimo devem ser realizadas 10 medidas em cada chapa, e o resultado a ser considerado para refletorização deverá ser expresso pela média das medidas.

4.11.8.2. Durabilidade

Independentemente dos ensaios e inspeções realizadas para determinação dos parâmetros, e considerando o volume de tráfego de até 10.000 veículos/faixa x dia, a durabilidade da sinalização horizontal aplicada na obra deverá ser de no mínimo:

- a) Nove meses para 100% da metragem total aplicada;
- b) Doze meses para 80% da metragem total aplicada;
- c) Quinze meses para 60% da metragem total aplicada.



No caso da Estrada, devido a quantidade de veículos ser inferior a citada acima, os parâmetros de durabilidade deverão ser extrapolados a critério da FSICALIZAÇÃO.



5. NORMA E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. NORMAS GERAIS DE TRABALHO

5.1.1. Limpeza da obra

Cabe a empresa executora manter o local da obra em estado de limpeza adequado durante sua execução, entregando a mesma em perfeito estado de condição de limpeza, sem qualquer ônus ao município. O transporte de entulho resultante de demolições e outras causas deverá ser efetuado de maneira frequente, mantendo a obra em condições satisfatórias de trabalho, organização e limpeza, sem ônus ao município.

5.1.2. Materiais e equipamentos

Todos os materiais empregados deverão ter qualidade comprovada, que poderá ser questionada e verificada a todo e qualquer tempo pelo município ou pela fiscalização por ele designada. A fiscalização reserva-se ao direito de recusar o equipamento que julgar inferior, correndo por conta da contratada sua substituição sem qualquer ônus ao município.

5.1.3. Caminhos de serviço

Os caminhos de serviço necessários para deslocar máquinas, equipamentos e pessoal aos pontos de abastecimento de materiais, deverão ser mantidos em ordem por conta da contratada, bem como todos os desvios de ruas e acessos as moradias que se fizerem necessários, não cabendo qualquer ônus ao município.

5.1.4. Sinalização da obra

A sinalização da obra durante sua execução deverá ser assegurada de maneira que promova a segurança e bem-estar dos trabalhadores e usuários do local. Todos os custos oriundos da instalação e manutenção caberão a



contratada. A sinalização deverá ser aprovada pelo município ou pela fiscalização por ele designada anteriormente a execução dos serviços.

5.1.5. Danos a propriedade

Todos os danos a propriedade particular ou pública que porventura aconteçam deverão ser ressarcidos e resolvidos por conta exclusiva da contratada (empresa executora), sem quaisquer ônus aos autores do projeto ou ao município.

5.1.6. Relacionamento com concessionários

A contratada se obriga anteriormente as operações de remanejamento de utilidades públicas que interfiram na consecução do serviço, solicitar às concessionárias respectivas, apresentando os croquis e projetos, de maneira que explique o citado remanejamento necessário, que somente poderá ser realizado sem prejuízo do atendimento público, de acordo com as instruções da concessionária e normativas, ou então serem realizados diretamente pela concessionária, correndo neste caso, as custas por conta da contratada (empresa executora).



6. RECONSTITUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E/OU PARTICULARES DEMOLIDOS POR NECESSIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A reconstituição dos serviços eventuais e necessários a execução dos serviços, deverá ser ressarcida pela contratada (executora), sendo de mão de obra, equipamentos e/ou materiais utilizadas naquelas reconstituições. O relacionamento com os proprietários deverá ser feito pela empresa executora ou pela fiscalização, cabendo a definição a estes dois entes. O relacionamento com as concessionárias deverá preferencialmente ser realizado pela empresa executora.

As demolições e construções de obras não previstas nos projetos e planilhas, e necessárias à execução da obra, deverão ser pagas única e exclusivamente pela contratada (empresa executora) cabendo-a apresentar a fiscalização as planilhas e composições de custo que decorreram desta execução não prevista. As produções apresentadas serão analisadas e aprovadas pelo município ou pela fiscalização por ele designada.

6.1. DESOBSTRUÇÃO DE GALERIAS E OBRAS DE DRENAGEM EM GERAL

Deverão ser desobstruídas todas e quaisquer instalações encontradas pela contratada, que estejam bloqueadas ou parcialmente bloqueadas por causas que não são falhas da empresa executora, deverão ser desobstruídas às expensas do executor, visto que ele estará com todo o equipamento e pessoal necessário para a correta execução da obra no local, promovendo assim um conjunto mais homogêneo de trabalho.

6.1.1. Apropriação dos serviços

Em qualquer caso, os serviços que poderão ser apropriados pela fiscalização, somente serão iniciados após a presença no local do elemento credenciado pela contratante (município) para proceder tal apropriação (caso se aplique).



6.1.2. Condições diversas

Os serviços julgados necessários a manutenção de obras em execução e já executadas, serão pagos exclusivamente por conta da contratada (executora). A contratada obriga-se a findar o prazo de conclusão da obra, entregando todos os serviços já executados por completo em perfeito funcionamento, além de todas as obras complementares para atingir aquele objetivo, que correm por conta exclusiva. Todos os testes necessários nas tubulações ou quaisquer outros dispositivos, anteriormente a entrega dos serviços deverá ser realizada pela contratada, sem qualquer ônus ao município.

6.2. REALOCAÇÃO DE POSTES

6.2.1. Generalidades

A presente Especificação regulamenta o serviço de remoção e realocação de postes de energia elétrica, telefonia ou de qualquer outro tipo de rede aérea de serviço privado. O projeto apresenta uma indicação desses dispositivos, através de levantamento topográfico, quando estes são aéreos, e através de contato com representante da prefeitura e escritórios locais das concessionárias, quando os dispositivos são subterrâneos.

A construtora deve inicialmente manter contato, com antecedência, com os representantes acima citados para elaborar um planejamento do remanejamento desses dispositivos, de tal sorte que a sua execução, não venha atropelar o andamento normal das obras, haja visto que este serviço deve ser um dos primeiros a serem realizados.

6.2.2. Execução

A execução do serviço deverá ser feita através de subcontratação com empresa Instaladora devidamente credenciada pela empresa concessionária de serviço afetado, que deverá ser consultada e fornecer autorização para a execução dos serviços.



7. ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS

7.1. ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO

7.1.1. Remoção de solos moles

Este item aplicar-se-á quando ocorrer a necessidade de execução de obras em zonas onde existam materiais de baixa capacidade de suporte para fundação ou obras e qualquer ocorrência de solos saturados, argilas orgânicas ou turfa sempre que indicadas.

Equipamento: trator com lâmina, dragão de arrasto ou retroescavadeiras.
Execução: deverá ser fornecida pela fiscalização ou pelo município.

7.1.2. Cortes

Os cortes são escavações necessárias para a implantação do projeto almejado. A operação de cortes compreende: escavação e transporte. A escavação em alguns casos, dos materiais constituintes do terreno natural, em espessuras abaixo do greide de terraplenagem iguais ou maiores do que 0,60m, quando se trata de solos com expansão elevadas e baixa capacidade de carga ou ainda, em solos orgânicos, complementadas por observações da fiscalização durante a consecução dos serviços. Os materiais escavados e não utilizados deverão ser transportados para locais de bota-fora, sendo estes materiais depositados em locais especificados pela fiscalização. A escavação deverá ser de acordo com os elementos fornecidos nas notas de serviço. O desenvolvimento da escavação procederá mediante a previsão da disposição adequada fornecida pela fiscalização, dos materiais extraídos. Quando for verificado no subleito a ocorrência de rocha sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior do que 2% de baixa capacidade de carga ou ainda de solos orgânicos, deverá promover o rebaixamento da ordem de 0,40m a 0,60m ou maior respectivamente, procedendo assim a execução de novas camadas de materiais selecionados.



O acabamento da plataforma de corte será procedido mecanicamente de maneira que se alcance a conformação da seção transversal do projeto, admitindo-se uma tolerância na variação de no máximo 0,05m para qualquer ponto da plataforma.

7.1.3. Aterros

Os materiais utilizados em aterro deverão ser de 1ª categoria, atendendo a qualidade e destinação prevista em projeto. Os materiais para aterro deverão ser procedentes de jazidas comerciais. O solo utilizado para aterro deverá ser isento de matéria orgânica, micáceas e diatomáceas conforme já supracitado. Turfas e argilas orgânicas não são admitidas. No corpo dos aterros, não será permitido o uso de solos que possuam $ISC < 2\%$ e expansão superior a 4%.

A execução dos aterros deverá ser de acordo com as notas de serviço. Preliminarmente a execução, deverão estar concluídas as obras de arte correntes e demais dispositivos de drenagem necessários. O lançamento de material para construção dos aterros projetados deverá ser feito em camadas sucessivas, preenchendo toda a largura da seção transversal e em extensões tais quais permitam o correto umedecimento e compactação.

A espessura máxima admitida para cada camada será de 0,30m. Todas as camadas deverão obrigatoriamente compactadas na umidade ótima, com tolerância de 3%, até que se obtenha a máxima específica aparente seca correspondente a 6% da massa específica aparente máxima seca. Os trechos que não atingirem tais parâmetros de compactação e máxima espessura, deverão escarificados, homogeneizados, levados a umidade adequada e novamente compactado, sem prejuízo ao município.

7.1.4. Base granulométrica estabilizada

Os produtos utilizados para a execução das camadas de base e sub-base deverão ser constituídos exclusivamente por produtos oriundos de pedreiras

comerciais.

Para a correta execução da base utiliza-se principalmente os seguintes equipamentos:

- a) Motoniveladora;
- b) Escarificador;
- c) Carro tanque distribuidor de água;
- d) Rolo compactador tipo pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- e) Grade de discos.

O material da sub-base e base deverão ser espalhados com o emprego de uma motoniveladora, permitindo assim distribuir todo o material na espessura adequada, de maneira uniforme, em toda a largura do espalhamento, de forma que após a compactação sejam satisfeitas as tolerâncias de superfície e espessuras especificadas em projeto. Caso haja a necessidade de agregados, estes deverão ter seu emprego vedado sem que deixem sulcos, zonas endentadas ou outras marcas que não possam ser eliminadas pela rodagem e evitadas por ajustes da operação.

As motoniveladoras poderão ser utilizadas para conformar as superfícies de camadas, após a compactação, dentro das tolerâncias específicas. Após o espalhamento, procede-se a compactação da camada. O grau de compactação deverá ser de no mínimo 100% em relação a massa específica aparente.

7.1.5. Imprimação

O serviço de imprimação consiste no fornecimento e aplicação de material betuminoso de baixa viscosidade sobre a superfície de uma base concluída, anteriormente a execução do revestimento betuminoso, objetivando a finalidade deste tipo de imprimação a obtenção da aglutinação das partículas da superfície, impermeabilizando e promovendo condições adequadas de aderência entre a base e a camada de revestimento.



O material betuminoso a ser utilizado para execução da imprimação será o asfalto diluído de cura média (CM-30). O material deverá respeitar a temperatura de aplicação fixada para cada tipo de ligante, em função da sua relação temperatura-viscosidade, escolhendo para isso uma faixa de 20 a 80 segundos Saybolt-Furol para asfaltos diluídos.

O equipamento utilizado na imprimação será constituído de vassoura mecânica rebocável, caminhão distribuidor de material betuminoso sob pressão, tanques para armazenamento, equipamento de aquecimento e ferramentas manuais. O distribuidor de material betuminoso deverá ser um caminhão-tanque equipado de serpentinas e combustores de alta pressão para queima de querosene ou óleo, bomba reguladora de pressão, barra de circulação total com dupla injeção para pressão constante em todos os bicos, bicos espargidores espaçados de tal modo que com ajustamento vertical da barra, possam assegurar o recobrimento das faixas.

O distribuidor utilizado deverá possuir ainda tacômetro instalado na cabina do motorista em local de fácil acesso e observação, a fim de que se controle a velocidade por meio de uma quinta roda, acessórios que possibilitem a circulação aquecido para homogeneização, aquecimento da barra distribuidora e de todas as peças frias até que a temperatura se iguale a do material betuminoso e possa manter o asfalto em circulação pela barra, caso haja dotado espargidor manual para distribuição do asfalto em superfície pequenas e/ou inacessíveis ao distribuidor e eventuais correções nas falhas produzidas por defeitos nos bicos.

O motor do veículo deverá possuir potência necessária para manter uma velocidade uniforme durante a aplicação, devendo os pneus serem suficientemente largos para assegurar pressão na pista nunca superior a 65 libras por polegada de largura.

Os tanques destinados ao armazenamento deverão possuir isolamento térmico e termômetro para controle da temperatura convenientemente



colocados. Deverão ainda estar equipados com serpentinas capazes de aquecer o material betuminoso e manter sua temperatura dentro dos limites especificados por norma. Utilizando para isto aquecedores a óleo. O controle da temperatura no depósito deverá ser feito por instalação automática, para evitar o superaquecimento ou resfriamento do material betuminoso. O depósito deve ter tal capacidade que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em pelo menos um dia de trabalho.

A imprimação deverá ser aplicada somente sobre a superfície que possua leve umedecimento, e quando a temperatura ambiente a sombra for de pelo menos 13°C, quando em declínio sem neblina ou principalmente sem chuva eminente.

Imediatamente antes da aplicação do asfalto de imprimação sobre uma superfície já preparada para todos os materiais soltos ou nocivos deverão ser removidos por meio de varredura com vassoura mecânica, completa por meio de cooperação manual. Deverá ser tomado cuidado para limpar inteiramente os bordos da faixa a ser imprimada, especialmente os que forem adjacentes a depósitos minerais que possam ter sido colocados na plataforma do trecho. Estes agregados deverão ser removidos a pá antes da varredura. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve ser encontrar com leve umedecimento.

Depois da preparação da superfície, aplica-se o material betuminoso na viscosidade de trabalho, na quantidade certa e de maneira uniforme. A quantidade será determinada no canteiro de obras e deverá ser absorvida pela superfície em 24 horas. A taxa de aplicação do material depende da capacidade de penetração do ligante utilizado e do tipo da textura existente na superfície, variando de 0,8 a 1,6 litros por metro quadrado.

A pista deverá ser imprimada inteiramente em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando não for



possível deixá-la fechada ao trânsito, trabalhar-se-á em meia pista fazendo-se a imprimação no lado adjacente, assim que a primeira for aberta ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimada ao trânsito deverá ser condicionada pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar 30 dias. A fim de evitar a superposição ou excesso de material nos pontos iniciais da imprimação, deverão ser colocadas faixas de papel ou papelão, transversais a pista, de maneira que o material betuminoso inicie sobre essas faixas. O papel será removido posteriormente e destinado da maneira correta. Um regador ou distribuidor manual equipado com bicos de pulverização deverá ser utilizado para aplicar material de imprimação necessário nas áreas inacessíveis ao distribuidor e para os lugares se alcance dos mesmos.

Após a aplicação do material, este deverá permanecer em repouso até que seque ou endureça de maneira suficiente. A superfície imprimada deverá ser protegida contra danos ao menos cinco dias antes da camada posterior. A fiscalização exigirá nova imprimação nos pontos onde ela não for considerada plenamente satisfatória. Não havendo a possibilidade de evitar o tráfego sobre as áreas imprimadas antes da cura completa, a fiscalização poderá autorizar a passagem de veículos sobre tal superfície, desde que utilizada areia ou pedrisco fino para proteger a película. Durante a execução do espargimento de materiais betuminosos, a contratada deverá proteger com anteparos adequados as construções, sarjetas, guias, postes etc. e todas as estruturas poderão vir a ser atingidas por materiais durante a sua aplicação.

7.1.6. Concreto betuminoso usinado a quente

A camada de concreto betuminoso deverá ser executada sobre a base já devidamente imprimada estando de acordo com os alinhamentos, greides e seção transversal projetadas. O concreto betuminoso deverá ser proveniente de mistura à quente, em usina apropriada, com características do agregado graduado com material de enchimento (filler) se necessário e cimento asfáltico, espalhado e compactado ainda a quente. O concreto asfáltico deverá ser



transportado e aplicado com temperatura superior a 10°C, além de ser encaminhado a obra somente se certificado de resultados de análise dos ensaios de caracterização exigidos pela especificação, com dados correspondentes à data e ao destino do serviço, não podendo ultrapassar 10 dias, devendo ainda trazer a indicação clara de sua procedência, do tipo e quantidade de seu conteúdo e distância de transporte entre a refinaria e o canteiro de obras, conforme exigências apresentadas pelo fabricante/distribuidor.

Os materiais que constituem o concreto asfáltico são compostos de agregado graúdo (pedra britada, agregado miúdo, pó-de-brita ou mistura de ambos, material de enchimento (filler) e ligante asfáltico (CAP 50/70)). Deverá a composição do concreto asfáltico respeitar a granulometria (DNER ME 083) e aos percentuais do ligante asfáltico determinados pela normativa.

Todo e qualquer equipamento antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela fiscalização, devendo estar sempre de acordo com as especificações técnicas adequadas, sem o que não será dada a ordem de início dos serviços caso não cumpra com esta condicionante. Para a execução deverão ser utilizados, no mínimo os equipamentos abaixo descritos.

Depósito para ligante asfáltico que contenha dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas e especificadas em norma, podendo ser divididos em silos para agregados em compartimentos com dispositivos de descarga para o filler. O silo deve ser adequado e conjugado com dispositivo para a sua dosagem adequada. A usina para misturas asfálticas deverá ser equipada com unidade classificadora de agregados, após o secador obter a mistura uniforme, deverá apresentar um termômetro de escalas de 90 a 120 graus, estando fixado no dosador de ligante próximo a descarga dos misturados.

Além disso deverá também possuir outros instrumentos termométricos aprovados com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados com precisão adequada. Devem ainda possuir termômetros nos silos quentes; utilizar



caminhões basculantes para o transporte do concreto asfáltico usinado a quente contendo caçambas metálicas devidamente limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas de maneira que evite a aderência da mistura à chapa, não sendo permitido produtos susceptíveis de dissolução do ligante asfáltico (óleo diesel, gasolina etc.); para o espalhamento e acabamento adequado deverá ser providenciada a utilização de pavimentadoras automotrizes, capazes de prover o correto espalhamento e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento de acordo com os projetos e acabamentos desejados, utilizando solo pneumático e rolo liso tipo tandem ou ainda, rolo vibratório para a compactação da mistura na densidade de projeto.

Durante a execução deverá ser utilizada pintura de ligação quando passados mais de 7 dias entre a execução da imprimação e do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada ou ainda a superfície estar com resíduos de impurezas. A temperatura do ligante asfáltico deverá apresentar viscosidade indicada na faixa de 75 a 95 Saybolt-Furol conforme especificação DNER ME 004, sendo sua temperatura não inferior a 107°C e nem exceder 177°C, os agregados para mistura deverão ser aquecidos a temperatura de 10 a 15°C acima da temperatura do ligante asfáltico, sem que ultrapasse os 177°C. A produção do concreto asfáltico deverá ser efetuada conforme especificação, sendo o transporte do concreto asfáltico da usina ao ponto de aplicação com a temperatura específica por normativa, sendo cada carregamento coberto com lona para proteger a mistura.

Para a correta distribuição e compactação do concreto asfáltico, a temperatura de rolagem é mais elevada do que a mistura asfáltica possa suportar, sendo fixada esta temperatura, iniciando sempre a compactação pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, deverá ater-se a superelevação e a compactação deverá iniciar sempre do ponto mais baixo para o ponto mais alto, devendo cada passada do rolo recoberta na seguinte de pelo menos metade da largura rolada. As rodas do rolo deverão ser



umedecidas adequadamente de maneira que evite a aderência da mistura. Os revestimentos deverão ser mantidos sem nenhum tráfego até o completo resfriamento.

Todos os materiais e métodos deverão ser especificados em normas pertinentes, cabendo a executora aplicá-las de maneira integral além de prover os adequados exames dos materiais empregados em laboratório, comprometendo-se a utilizar apenas materiais que satisfaçam as normas do DNER.

7.2. ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES

Neste capítulo trata-se da construção de meio-fios e demais obras complementares destinadas ao atendimento das especificações. Todas as obras complementares deverão seguir as normas e especificações do Município e/ou da fiscalização, além de respeitar os detalhamentos de projeto. Os serviços consistem no fornecimento, carga e descarga e aplicação dos materiais na execução, com a mão de obra e equipamentos adequados a todas as etapas da obra.

Os materiais utilizados na construção de meio fio deverão atender no mínimo as condicionantes neste capítulo especificadas. O cimento Portland comum a ser utilizado deverá satisfazer às exigências contidas na NBR 5732 da ABNT, atendendo aos ensaios de maneira satisfatória conforme DNER ME 36-71. Os agregados deverão ser constituídos de partículas limpas, duras e duráveis, de maneira que atendam aos ensaios pertinentes conforme prerrogativas da especificação DNER ME 37-71 e DNER NME 78-71.

A água utilizada nas misturas de concreto deverá ser limpa e isenta de substâncias que possam vir a comprometer a qualidade e resistência do mesmo. A dosagem do concreto destinado a construção de meio fios e outras obras complementares deverá ser de tal forma que garanta no mínimo, a resistência



a compressão simples aos vinte e oito dias igual ou superior a 15 MPa. Deverá o concreto ser preparado em usina através de caminhão balão ou betoneira quando necessário, em quantidade que permita sua rápida utilização, não sendo permitido o seu lançamento ou reaproveitamento após decorrida uma hora de seu preparo.

O concreto será contido lateralmente pelas formas assentadas em conformidade com os alinhamentos, no caso de meio fio moldado no local ou quaisquer outros elementos complementares, seguindo sempre os perfis, detalhes e cotas previstas em projeto. As formas utilizadas deverão ser convenientemente travadas, de maneira que seja impedido seu deslocamento e assegure seu desejado acabamento. Nos elementos complementares que se fizer necessário, deverá ser providas juntas de dilatação com espessura máxima de três milímetros, espaçadas a cada dois metros.

Após o lançamento e espalhamento do concreto, deverá ser feito o adensamento na peça, de maneira que isente o concreto de vazios.

7.3. ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS A DRENAGEM URBANA

7.3.1. Limpeza da obra

A contratada deverá manter o local da obra sempre limpo e organizado, desimpedido de entulhos durante sua execução, de forma que garanta as condições de higiene e segurança do trabalho aos seus colaboradores e transeuntes. A fiscalização ou o município poderão exigir quando julgarem necessário, as limpezas necessárias.

7.3.2. Escavações mecanizadas

A escavação mecanizada das valas destinadas ao assentamento de tubulações e galerias deverá obedecer às dimensões, diâmetros, cotas,



declividades e localizações indicadas em projeto. A escavação deverá ser executada em vala trapezoidal, com talude de 0,30 m/m.

O material resultante da escavação deverá ser depositado ao lado da vala, ao longo de sua extensão, caso o material seja apropriado para reaterro da mesma. Caso o material não seja considerado de 1ª categoria, deverá ser removido e destinado ao local especificado pelo município ou fiscalização, devendo ser removido imediatamente das imediações das valas.

7.3.3. Escoramento

Mesmo quando trabalhando em taludes trapezoidais (que normalmente são mais seguros), deverá ser prevista a utilização de escoramento nas valas, conforme preconizado nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, mais especificamente NR 18 – Condições e Meio ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. As laterais das valas deverão ser contidas por escoramento.

7.3.4. Reaterro de valas

Para o reaterro das valas deverá ser utilizado o próprio material da escavação, caso ele apresente condições satisfatórias (solo de 1ª categoria). Mediante a solicitação da fiscalização ou do município, deverá ser utilizado material importado, em substituição ou em complementação do aterro a ser executado. O solo para reaterro deverá possuir CBR > 2% e expansão < 4% e ser isento de matéria orgânica. Não se admite a utilização de materiais com qualidade inferior ao do terreno adjacente.

O solo utilizado para reaterro das valas deverá ser compactado sempre em camadas sucessivas de 20 cm, utilizando compactador de placas vibratórias. O equipamento a ser utilizado deverá ser compatível com as dimensões do trabalho executado entre as linhas de tubos, dando maior atenção à compactação junto a parede dos tubos de maneira que não os danifique. O



material deverá estar na umidade ótima, ou seja, melhor condição para compactação e adensamento. O reaterro deverá ser executado de maneira manual até 50 centímetros acima da geratriz superior do tubo e acima disto, poderá ser feito de maneira mecanizada, desde que executado com os devidos cuidados.

7.3.5. Tubulações

Serão utilizadas tubulações de concreto, assentados e alinhados em cotas conforme indicadas em projeto, sobre a base do terreno natural fortemente apiloada. Onde a capacidade de suporte do terreno for insuficiente, deverá ser executada camada de reforço conforme indicações dos fabricantes deste material.

7.3.6. Poços de visita e bocas de lobo

O concreto a ser utilizado deverá seguir os traços adequados. A alvenaria, quando utilizada, deverá ser de tijolos maciços assentados e revestidos internamente com argamassa impermeabilizada. Deverão ser constituídos de forma que as especificações sigam as formas e dimensões de projeto, apresentando superfície lisa e uniforme, ausente de saliências. Na utilização de armaduras, o corte e dobramento das barras de aço deverão ser executados a frio, sendo colocados nos locais e nas posições indicadas em projeto.



8. ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

Compreende os trabalhadores envolvidos no processo de gestão e gerenciamento da obra como um todo, bem como os funcionários relacionados ao suporte técnico para controle de qualidade dos materiais empregados na execução do objeto. Ainda, são consideradas as demais despesas administrativas para a total e completa administração da obra.

Ficarão a encargo exclusivamente da empresa executora, todas as providências e despesas decorrentes das instalações provisórias da obra, das ferramentas necessárias à sua execução e das instalações em geral, ainda que não constem pormenorizadas na planilha de orçamento.

A administração local compreenderá os custos das seguintes parcelas e atividades, dentre outras que se mostrarem necessárias:

- Chefia e coordenação de obra;
- Equipe de produção de obra;
- Departamento de engenharia e planejamento de obra;
- Manutenção do canteiro de obras;
- Gestão da qualidade e produtividade;
- Gestão de materiais;
- Gestão de recursos humanos;
- Gastos com energia, água, gás, telefonia e internet;
- Consumos de material de escritório e de higiene/limpeza;
- Medicina e segurança do trabalho;
- Laboratórios e controle tecnológico dos materiais;
- Acompanhamento topográfico;
- Mobiliário em geral (mesas, cadeiras, armários, estantes etc.);
- Equipamentos de informática;
- Eletrodomésticos e utensílios;
- Veículos de transporte de apoio e para transporte de trabalhadores;



- Treinamentos;
- Outros equipamentos de apoio que não estejam especificamente alocados para nenhum, serviço.

O atendimento à Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho listadas a seguir, quando forem obrigatórias, de acordo com a legislação em vigor, também serão consignadas na administração local da obra, caso não tenham os custos apropriados em nenhuma outra rubrica orçamentária, no entanto, serão exigidas.

- NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho;
- NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);
- NR 6 – Equipamentos de proteção individual (EPI);
- NR 7 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO);
- NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
- NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade;
- NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- NR 15 – Atividades e Operações Insalubres;
- NR 16 – Atividades e Operações Perigosas;
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT);
- NR 21 – Trabalho a Céu Aberto;

A concepção da organização, bem como da lotação em termos de recursos humanos requeridos, é tarefa de planejamento, específica da Empresa Contratada para execução da obra. Neste projeto, foi considerada carga horária total de 40 horas mensais de um engenheiro júnior. Os profissionais responsáveis pela execução deverão apontar no diário de obras as tarefas realizadas bem como as equipes e suas atividades diárias.



Caberá ao engenheiro da obra a compatibilização dos projetos e obra, esclarecendo divergências e quando necessário, averiguar o uso adequado de equipamentos mínimos de segurança para cada atividade, bem como sinalização de segurança no entorno da obra e correto isolamento, de acordo com a legislação vigente.

8.1. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

O controle dos trabalhadores na obra deverá ser feito através do diário de obra, que deverá quantificar exatamente a quantidade de trabalhadores presentes na obra no dia em questão, este deve ser devidamente conferido pelo engenheiro responsável pela obra. Um cartão ponto poderá ser exigido para maior confiabilidade de horários.

8.2. PLACA DE OBRA

Deverá ser providenciada e confeccionada a placa de identificação da obra, conforme padrão estabelecido pela FISCALIZAÇÃO da obra, em estrutura de madeira, com chapa galvanizada e adesivo com as corretas e precisas informações da obra.

A placa deverá ser instalada previamente ao início das atividades, contendo os dados da obra, o prazo de entrega, os responsáveis técnicos e demais informações julgadas convenientes pela CONTRATANTE e/ou fiscalização.

Caberá a empresa contratada para execução solicitar ao Município o padrão e os dizeres para confecção da placa de maneira correta e assertiva.

8.3. MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE PESSOAS E EQUIPAMENTOS

Compreendem no transporte e alocação e posterior remoção de máquinas, equipamentos, materiais e pessoal técnico e de apoio, necessários à execução dos serviços relativos ao objeto.



A determinação dos itens que compõem a mobilização e desmobilização foi realizada levando em consideração a estimativa de equipamentos mínimos necessários para a perfeita execução da obra.

Em todos os serviços que forem realizados em altura, deverá ser montado andaime ou plataforma que viabilize a correta e segura execução do serviço. A montagem do andaime ou plataforma deverá contar com um profissional habilitado para a definição do melhor equipamento a ser empregado no local do serviço, bem como sua montagem, estruturação e outros serviços que devem possuir a respectiva certificação de segurança.

É proibida a montagem de qualquer andaime ou uso de plataforma com defeito. Por isso, deve-se verificar cada parte do alicerce tubular e seus encaixes ou outros equipamentos referentes a plataforma ou andaime. Os equipamentos que não estiverem em perfeito estado de conservação deverão ser descartados e substituídos de imediato. A montagem de andaimes e plataformas não poderá ser realizada nas proximidades de redes elétricas.

Os parâmetros de montagem e desmontagem deverão estar registrados nos manuais de montagem dos andaimes e/ou plataformas a serem utilizados. Por recomendação técnica, deverá a montagem sempre ser realizada por partes e ser verificada a capacidade de carga suportada pelo andaime ou plataforma. A montagem deverá ainda contar com escadas, braçadeiras, pontes e longarinas no caso de andaimes.

8.4. EQUIPAMENTOS TERCEIRIZADOS

Equipamentos ou máquinas que demandem de fabricação e instalação por mão de obra terceirizada, deverão seguir as especificações mínimas de projeto e memorial e deverão obrigatoriamente possuir ART de fabricação e ART de montagem/instalação devidamente assinadas por responsável técnico.



8.5. ORIENTAÇÕES

O responsável técnico pelos projetos deverá sempre ser consultado em caso de alterações no projeto decorrentes de necessidade de obra, ou no caso de alterações iminentes na obra, ser responsabilizado o responsável técnico pela execução de acordo com as atitudes tomadas por este mesmo. A empresa responsável pela execução deverá possuir registro no CREA/SC, bem como seus responsáveis técnicos.

É obrigatório o uso de EPI a todos os funcionários, sendo que o não uso dos mesmos poderá acarretar notificação e multa. Qualquer pessoa autorizada a entrar na obra deverá usar obrigatoriamente vestimentas adequadas ao local, como calças e sapatos, bem como capacetes e demais equipamentos de segurança.

A empresa responsável pela execução deverá instalar, antes do início das obras, placas de orientação do uso de EPI e de proibição de entrada de pessoas não autorizadas em todas as entradas de acesso à obra, além de barreiras e demarcações necessárias para garantir a segurança de seus trabalhadores e de pessoas transeuntes do entorno.

A obra deverá obedecer a boas técnicas, atendendo as recomendações da ABNT e das concessionárias locais, além das legislações de Saúde e Segurança no Trabalho.

A obra deverá ser entregue limpa e todas as instalações a serem entregues a municipalidade deverá ser testada e estar em perfeito estado de funcionamento. A obra finalizada deverá oferecer total condição de habitabilidade e segurança.



9. LOCAL DESTINADO A BOTA ESPERA/BOTA FORA

O local sugerido deverá ser previamente estipulado junto ao Município. Neste local sugere-se a colocação das pedras e demolições que poderão ser reutilizadas em outras obras. Toda e qualquer deposição de materiais neste local deverá obrigatoriamente ser comunicada ao Município e, caso o parecer para depósito no local seja negativo, a disposição final do bota fora ficará a encargo da empresa responsável pela execução.



10. LOCALIZAÇÃO DAS JAZIDAS DE EMPRÉSTIMO

A seguir, apresentam-se mapas básicos de localização das jazidas de empréstimo sugeridas.

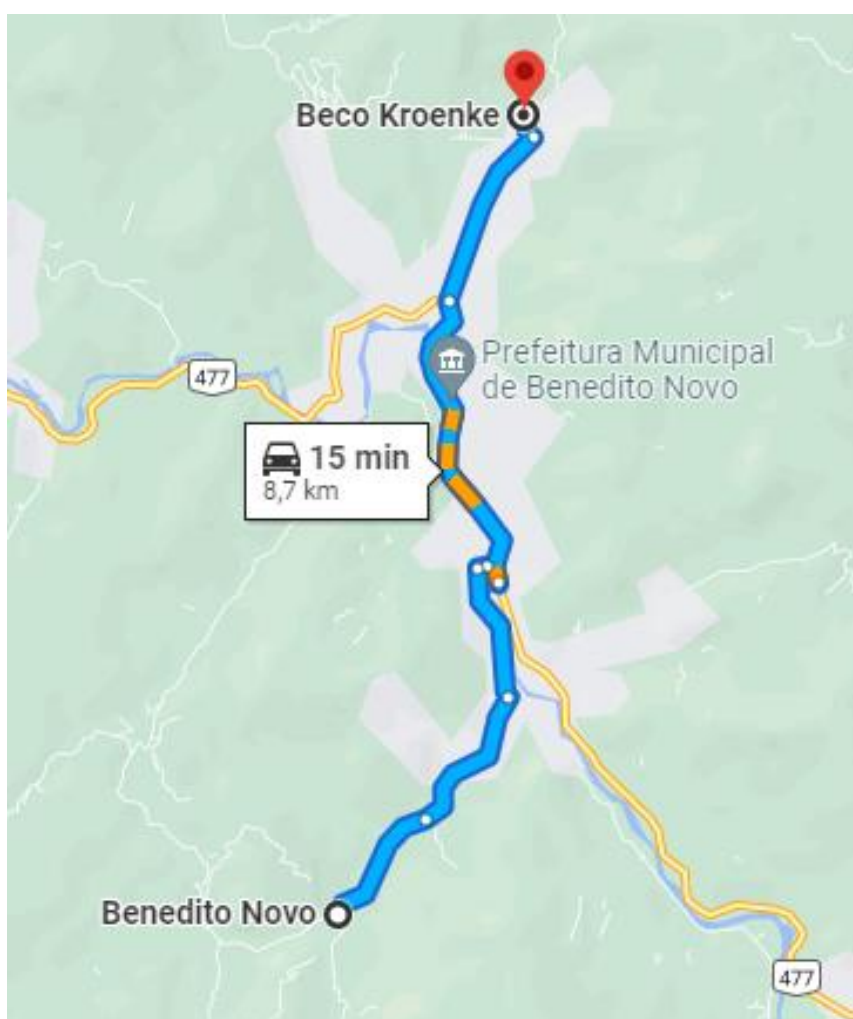


Figura 14 - Localização jazida municipal de macadame

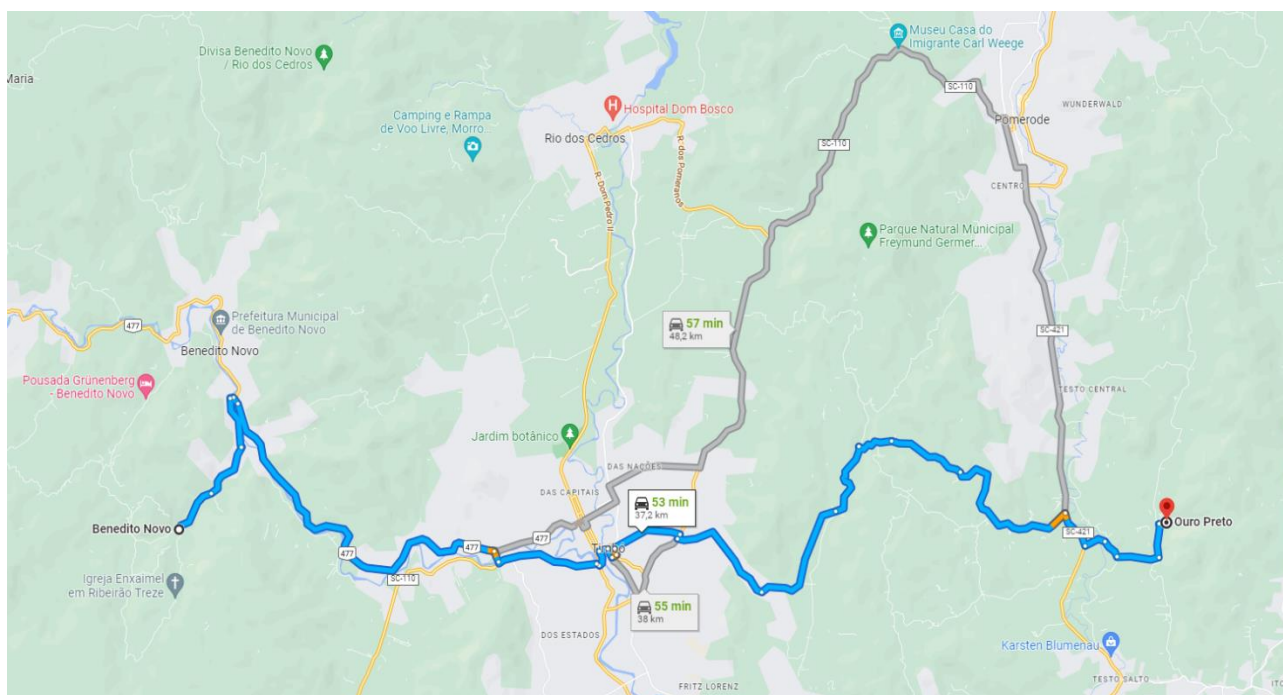


Figura 15 - Localização pedreira Ouro Preto

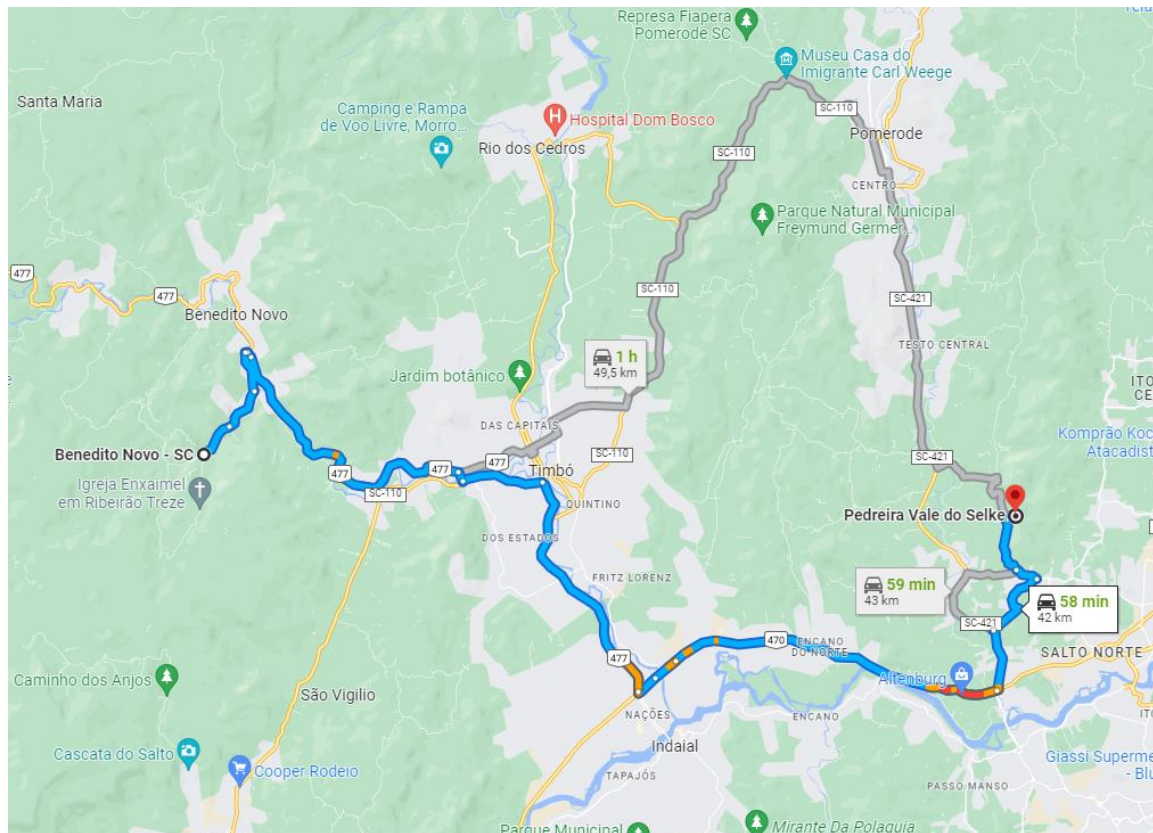
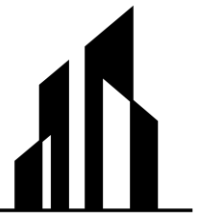


Figura 16 - Localização pedreira Vale do Selke

11. ANEXOS

11.1. SINALIZAÇÃO VETICAL

		Nota de Serviço de sinalização vertical		Obra:ASC 477 (Trevo CRAVIL)	R00	Joe	
				Trecho: 0+0,00- 6+10,47	R01		
				Município: Benedito Novo	R02		
LOCALIZAÇÃO/QUILÔMETRO	TIPO	CÓDIGO	DIMENSÕES (m)	MENSAGEM	LADO DA PISTA	Vel. De Projeto:	40km/h
						OBSERVAÇÕES	
0+2,55	ADVERTÊNCIA	A-32B	L=60	PASSAGEM SINALIZADA DE PEDESTRE (FAIXA ELEVADA)	LD		
0+7,05	ADVERTÊNCIA	A-32B	L=60	PASSAGEM SINALIZADA DE PEDESTRE (FAIXA ELEVADA)	LE		
0+12,34	REGULAMENTAÇÃO	R-36B	D=60	PEDESTRE Á ESQUERDA, CICLISTA Á DIREITA	LE		
0+12,34	REGULAMENTAÇÃO	R-36A	D=60	CICLISTA Á ESQUERDA,PEDESTRE Á DIREITA	LE		
3+12,40	REGULAMENTAÇÃO	R-36B	D=60	PEDESTRE Á ESQUERDA, CICLISTA Á DIREITA	LE		
3+12,40	REGULAMENTAÇÃO	R-36A	D=60	CICLISTA Á ESQUERDA,PEDESTRE Á DIREITA	LE		
5+19,00	REGULAMENTAÇÃO	R-36B	D=60	PEDESTRE Á ESQUERDA, CICLISTA Á DIREITA	LE		
5+19,00	REGULAMENTAÇÃO	R-36A	D=60	CICLISTA Á ESQUERDA,PEDESTRE Á DIREITA	LE		
6+3,70	ADVERTÊNCIA	A-32B	L=60	PASSAGEM SINALIZADA DE PEDESTRE (FAIXA ELEVADA)	LD		
6+7,95	ADVERTÊNCIA	A-32B	L=61	PASSAGEM SINALIZADA DE PEDESTRE (FAIXA ELEVADA)	LE		
4+0,00	REGULAMENTAÇÃO	R-1	L=30 OCT	PARADA OBRIGATÓRIA	LD	RUA HANS SCHLEIFER	
4+0,00	ADVERTÊNCIA	A-32B	L=60	PASSAGEM SINALIZADA DE PEDESTRE	LD	RUA HANS SCHLEIFER	
3+11,00	ADVERTÊNCIA	A-32B	L=60	PASSAGEM SINALIZADA DE PEDESTRE	LD	RUA HANS SCHLEIFER	

11.2. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

		Nota de Serviço Sinalização Horizontal		Obra: SC-477 (Trevo CRAVIL)		R00 - Joe
				Trecho: 0+0,00 - 6+10,47		R01 -
				Município: Benedito Novo		R02 -
FOLHA	KM (Início - Fim)	COMP. (m)	SINAL DE MARCAÇÃO	LADO DA PISTA	DENOMINAÇÃO	
1	0+0,00-6+10,47	130,5	LINHA DUPLA CONTÍNUA (LFO-3) CENTRO	CENTRO	MARCAÇÃO DUPLA SIMPLES (DIVISÃO DE FLUXO)	
1	0+0,00-6+10,47	151,7	MARCAÇÃO DE CICLOFAIXA (MCI)VERMELHO LADO ESQUEDO	LE	MARCAÇÃO SIMPLES DE UMA LINHA CONTÍNUA 10 MM	
1	0+0,00-6+10,47	151,7	MARCAÇÃO DE CICLOFAIXA (MCI)VERMELHO LADO DIREITO	LE	MARCAÇÃO SIMPLES DE UMA LINHA CONTÍNUA 10 MM	
1	0+0,00-6+10,47	151,7	MARCAÇÃO DE CICLOFAIXA (MCI)BRANCO LADO ESQUERDO	LE	MARCAÇÃO SIMPLES DE UMA LINHA CONTÍNUA 20 MM	
1	0+0,00-6+10,47	151,7	MARCAÇÃO DE CICLOFAIXA (MCI)BRANCO LADO DIREITO	LE	MARCAÇÃO SIMPLES DE UMA LINHA CONTÍNUA 20 MM	
1	0+4,30	/	FAIXA DE PEDESTRE 4 POR 0,40 MTS	CENTRO	MARCAÇÃO FAIXA DE PEDESTRE BRANCO	
1	6+5,70	/	FAIXA DE PEDESTRE 4 POR 0,40 MTS	CENTRO	MARCAÇÃO FAIXA DE PEDESTRE BRANCO	
1	3+15,00	/	FAIXA DE PEDESTRE 4 POR 0,40 MTS	LD	MARCAÇÃO FAIXA DE PEDESTRE BRANCO (RUA HANS SCHLEIFER)	
1	5+7,20	/	SIGA EM FRENTE/VIRE A ESQUERDA (LADO ESQ)	LE	SETAS INDICATIVAS DE POSICIONAMENTO DE PISTA PARA EXECUÇÃO DE MOVIMENTOS	
1	2+10,00	/	SETA INDICATIVA VIRE A DIREITA (LADO ESQ.)	LE	SETAS INDICATIVAS DE POSICIONAMENTO DE PISTA PARA EXECUÇÃO DE MOVIMENTOS	
1	4+4,50	/	SETA INDICATIVA VIRE A ESQUERDA (LADO ESQ.)	LE	SETAS INDICATIVAS DE POSICIONAMENTO DE PISTA PARA EXECUÇÃO DE MOVIMENTOS	
1	3+8,70-4+0,00	11,3	ÁREA DE CONFLITO (LADO DIR.)	LD	FAIXA PARA PROIBIÇÃO DE PARADA NO LOCAL	
1	1+10,75-2+18,70	27,87	LINHA DE CONTINUIDADE (LCO)	LE		



11.3. DRENAGEM

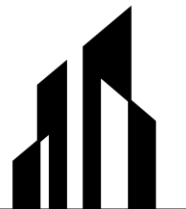
11.3.1. Nota de Serviço

TABELA DE TUBOS DA REDE DE DRENAGEM TREVO CRAVIL								
PV INICIAL	PV FINAL	NOME	DIÂMETRO	COMPRIMENTO (m)	DECLIVIDADE (%)	COBR. MÍN	COBR. MÁX	COTA FINAL TUBO
BL-01	BL-02	TUBO 1-2	40	33.46	0.010	0.600	1.700	140.957
BL-03	BL-02	TUBO 3-2	40	32.48	0.017	0.600	1.099	141.556

TABELA DE ESTRUTURAS DA REDE DE DRENAGEM TREVO							
NOME	TERRENO	FUNDO	ENTRADA	SAÍDA	ALTURA	X	Y
BL-03	143.20	142.105		142.105	1.100	662540	7036340
BL-02	143.16	140.957	140.957 141.556		2.199	662534	7036308
BL-01	142.39	141.291		141.291	1.100	662538	7036274

ASSINATURAS:

CPV
ENGENHARIA



MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
CNPJ: 83.102.780/0001-08
ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
PREFEITA EM EXERCÍCIO

MARCELO LINDNER PIASKOWY
ENGENHEIRO CIVIL
CREA/SC 159567-2

Maio/2023